REVISTA DIFERENCIAL

Ano 01 - nº 03

d

SEGURANÇA HÍDRICA

Cantareira dá o alerta, Paraná se mobiliza para a necessidade de planejamento

ROGAI POR NÓS, SANTA MARTA!

Uma das favelas mais famosas do País vista de dentro

VENDA DE AGROTÓXICOS

Justiça diz que Responsabilidade Técnica é de Engenheiros Agrônomos

SENGE-PR

Revista do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Sabe as regiões de Curitiba, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Ponta Grossa, Pato Branco Francisco Beltrão, Cascavel e Foz do Iguaçu?
O SENGE está presente em cada uma delas no suporte aos engenheiros de todo o Paraná.

// CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Quem faz parte do Senge-PR não precisa pagar a contribuição sindical obrigatória. O sindicato ***paga a contribuição*** *todos os anos para os seus associados.*
O recolhimento do imposto é previsto em lei e deve ser feito anualmente, entre janeiro e o último dia útil de fevereiro.

senge-pr*.org.br - 41* ***3224.7536***
*youtube.com/****sindicatosenge*** *- facebook.com/****sengepr***
*twitter.com/****sengepr*** *-* ***senge-pr****@senge-pr.org.br*

//ENGENHARIA FORTE SE FAZ COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Faça parte do Senge-PR, o seu sindicato.
Aqui, o seu direito é nosso dever.

*Plano de Saúde **Unimed** e odontológico **Dental Uni**?*
O Senge conta com planos com preços diferenciados e cobertura para os associados e seus dependentes.

// ASSESSORIA JURÍDICA

Venha para o Senge, seu direito é nosso dever!
O filiado ao Sindicato dos Engenheiros conta com assessoria jurídica nas áreas trabalhista, previdenciária e administrativa.
Se você é engenheiro, saiba que não está sozinho.
Faça parte do Senge-PR.
Nós lutamos pelo seu direito.

SENGE-PR

SENGE-PR

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Filiado à fisenge Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Diretor-Presidente
Carlos Roberto BITTENCOURT

Vice-Presidente
Valter FANINI

Diretor-Secretário
LEANDRO José Grassmann

Diretor-Secretário Adjunto
ANGELA Doubek

Diretor Financeiro
Lidio Akio SASAKI

Diretor Financeiro Adjunto
Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretores
ANA PAULA Conter Lara; CÍCERO Martins Junior; CLAUDINEI Pedroso Ribas; CLEVERSON de Freitas; CLODOMIRO Onésimo da Silva; EDILENE Pires da Silva Andreiu; ELOI Rufato Junior; Hélio Sabino DEITOS; JOSÉ RICARDO Vargas de Faria; MARCOS VALÉRIO de Freitas Andersen; MÁRCIO DA SILVA; MARY STELA Bischof; MAURÍCIO Camilo Cesconetto Rodrigues; RAUL Henrique Brianese; SANDRA Cristina Lins dos Santos; TELÉSFORO Liz de Oliveira, THEODÓZIO Stachera Júnior, ULISSES Kaniak

Sede
Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar.
Centro Comercial Itália (CCI).
CEP 80010-912
Tel./fax: (41) 3224 7536.
senge-pr@senge-pr.org.br
www.senge-pr.org.br

Diretores Regionais
Manoel Genildo PEQUENO (Campo Mourão)
NELSON Müller Junior (Cascavel)
José Quirilos ASSIS Neto (Foz do Iguaçu)
Ricardo S. Farias FREGONESE (Francisco Beltrão)
NILTON Camargo Costa (Londrina)
SAMIR Jorge (Maringá)
RUDMAR Luiz Pereira dos Santos (Pato Branco)
MARGOLAINE Giacchini (Ponta Grossa)

Campo Mourão
Av. Capitão Índio Bandeira, 1400, sala 607, Centro, 87300-000.
Tel: (44) 3523 7386.
campomourao@senge-pr.org.br

Cascavel
R. Paraná, 3056, sala 703, Centro, 85801-000. Tel: (45) 3223 5325.
cascavel@senge-pr.org.br

Foz do Iguaçu
R. Almirante Barroso, 1293, loja 9, Centro, 85851-010
Tel: (45) 3574 1738.
fozdoiguacu@senge-pr.org.br

Francisco Beltrão
R. Fernando de Noronha, 15 Bairro
Nossa Senhora Aparecida
Cep 85.601-820.
Tel: (46) 3523 1531.
franciscobeltrao@senge-pr.org.br

Londrina
R. Senador Souza Naves, 282, sala 1001, Centro, 86010-170.
Tel: (43) 3324 4736.
londrina@senge-pr.org.br

Maringá
Tr. Guilherme de Almeida, 36, cj.1304, Centro, 87013-150.
Tel: (44) 3227 5150.
maringa@senge-pr.org.br

Pato Branco
Av. Tupi, 2715, Gl. Itacolomy, sala 7. Centro, 85505-000.
Tel: (46) 3025 3234.
patobranco@senge-pr.org.br

Ponta Grossa
Associação dos Engenheiros Agrônomos dos Campos Gerais (AEACG).
R. Julia Wanderley, 1376
CEP: 84010-170. Tel: (42) 3222-1520
pontagrossa@senge-pr.org.br

Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

Edição
João Pedro de Amorim Jr. (MTB 3.197/PR)

Redação
João Pedro de Amorim Jr. e Alexsandro Teixeira Ribeiro (MTB 9.177/PR)

Capa e Diagramação
Andressa Kondlatsch

Colaboraram nesta edição
Camila Marins (MTB 47.474/SP), jornalista da Fisenge

Fotografia
Joka Madruga

Fale conosco
comunica@senge-pr.org.br

Acesse
www.senge-pr.org.br

/senge-pr
/sengepr

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores. O Senge-PR permite a reprodução do conteúdo desta publicação, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/Impressão
Exklusiva Gráfica e Editora

Tiragem 15 mil exemplares
Edição de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015

Foto: Joka Madruga

Segurança hídrica é tema mundial que estampa a capa desta terceira edição da Revista Diferencial. Convidado a fazer parte de um grupo de trabalho para auxiliar na definição de políticas públicas nesse setor para o Paraná, o Senge-PR se colocou à disposição para contribuir da melhor forma, sempre com vistas a garantir a qualidade de vida da população paranaense.

Nesta edição você ficará sabendo da importante vitória que o Senge-PR obteve ao ter reconhecido pela Justiça Federal, o pedido para que as atividades de comercialização e armazenamento de agrotóxicos sejam exclusivas de engenheiros agrônomos. Foi uma conquista não apenas em nome dos profissionais de engenharia mas, sobretudo, em defesa do meio ambiente e da saúde pública.

Nosso sindicato também acompanha de perto o processo de revisão dos Planos Diretores de cidades polo de regiões metropolitanas, previsto no Estatuto das Cidades. Neste contexto, defendemos que o planejamento seja inclusivo e que contemple os cidadãos metropolitanos, conforme você poderá ler nesta publicação.

Outra defesa permanente do Senge que você verá nas páginas seguintes é pela Democratização da Comunicação. Queremos a ampla abertura dos meios de comunicação para que haja maior participação da sociedade, afinal os canais de rádio e TV são concessões públicas e não podem ser objeto de controle e de interesse exclusivo de grupos fechados. Um bom exemplo de mídia não exclusivista é a Rádio Yandê, a primeira rádio web indígena do Brasil, que cuja história você vai conhecer em mais uma reportagem desta edição.

Um convite ao debate sobre a Reforma Política está numa entrevista exclusiva com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

O Senge-PR foi ao Rio de Janeiro e subiu o Morro Dona Marta, na zona Sul carioca. Uma reportagem especial levará você a um passeio na Favela Santa Marta para saber da vida e das dificuldades de quem luta por espaço na grande cidade.

Desejo a todos uma boa leitura

Carlos Roberto Bittencourt
presidente do Senge-PR

ANUNCIE AQUI E DESTAQUE SUA EMPRESA NO CENÁRIO DA ENGENHARIA PARANAENSE

COM PERIODICIDADE TRIMESTRAL, A REVISTA DIFERENCIAL É UMA PUBLICAÇÃO GRATUITA E DIRIGIDA QUE ATINGE A CERCA DE 14 MIL PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, AGRONOMIA E GEOCIÊNCIAS, LIDERANÇAS POLÍTICAS E DIRIGENTES DE ENTIDADES DE ENGENHARIA DE TODO O PARANÁ.

PUBLIQUE O SEU ANÚNCIO E INVISTA EM QUEM DEFENDE A ENGENHARIA.

LIGUE PARA **(41) 3224-7536** OU MANDE UM E-MAIL PARA **COMUNICA@SENGE-PR.ORG.BR** E CONFIRA OS ESPAÇOS E VALORES DE INVESTIMENTOS.

ÍNDICE

Segurança Hídrica

Grupo de trabalho com participação do Senge quer evitar que Paraná enfrente crise de abastecimento de água

16

08

RT SOBRE VENDA DE AGROTÓXICOS É DE ENGENHEIROS

11

SEGURANÇA PARA QUE O VENENO NÃO CHEGUE À MESA

12

CREA PREMIA SENGE COM CERTIFICAÇÃO OURO DE QUALIDADE

23

REFORMA POLÍTICA, A REFORMA DAS REFORMAS

26

O PAPEL DA MULHER NA ENGENHARIA

28

PLANEJAMENTO METROPOLITANO É NECESSÁRIO E URGENTE

31

COMUNICAÇÃO PARA TODOS

39

ALDEIA GLOBAL

42

LIDERANÇAS EM FORMAÇÃO

44

ROGAI POR NÓS, SANTA MARTA!

47

GENTRIFICAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOBRE AGROTÓXICOS É DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS, NÃO DE TÉCNICOS

Por João Pedro de Amorim Jr.

Decisão do TRF derruba liminar concedida à Associação dos Técnicos Agrícolas que garantia, desde 26 de fevereiro de 2013, que esse tipo de trabalho fosse executado por técnicos agropecuários no Estado.

Em decisão inédita, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou que, no Paraná, somente engenheiros agrônomos podem prestar assistência e ser responsáveis técnicos por empresas de comercialização e armazenamento de agrotóxicos.

O **acórdão**, assinado pelo desembargador Fernando Quadros da Silva, é favorável ao Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná e ao Crea-PR e derruba liminar concedida à Associação dos Técnicos Agrícolas que garantia, desde 26 de fevereiro de 2013, que

esse tipo de trabalho fosse executado por técnicos agropecuários no Estado.

Em trecho do seu **voto**, Quadros da Silva destaca o seguinte: *"As disciplinas existentes no curso superior de engenharia agronômica são adequadas ao desenvolvimento de projetos que exigem conhecimento mais profundo de técnicas inexistentes em disciplinas de curso nível médio profissionalizante"*.

O entendimento da Justiça reforça a defesa do Senge-PR aos engenheiros agrônomos como profissionais legalmente habilitados para assumir a assistência e responsabilidade técnica pelo comércio e armazenamento de agrotóxicos, ação que envolve a segurança alimentar e a sanidade vegetal e ambiental.
"O Senge está ao lado dos seus representados em defesa da responsabilidade técnica dos engenheiros agrônomos. A garantia da segurança nos trabalhos relacionados à venda e armazenamento de agrotóxicos faz parte da grade curricular dos engenheiros agrônomos e, portanto, é tarefa própria desses profissionais, da mesma forma que há outras atividades, no suporte ao setor produtivo no meio rural, que são exercidas por técnicos agropecuários", observa o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), Carlos Roberto Bittencourt.

Fiscalização - Atendendo à decisão do TRF, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) está indeferindo novos pedidos de registro e de renovação de registro de estabelecimentos de venda de agrotóxicos que apresentem técnicos de nível médio como Responsável Técnico. Segundo o diretor de Defesa Agropecuária da Adapar, Adriano Riesemberg, "os Fiscais de Defesa Agropecuária estão notificando os proprietários desses comércios a apresentarem em prazo certo RT habilitados. *"Os que não apresentarem terão seus registros cancelados e ficarão impedidos de armazenar e comercializar agrotóxicos"*, disse Riesemberg.

No Paraná são 33 as empresas de venda e armazenamento de agrotóxicos com RTs assinadas por Técnicos Agrícolas que serão notificadas pela Adapar. No total, há 1.206 comércios ativos de agrotóxicos habilitados no Estado. No ano de 2013, segundo dados da Adapar, foram comercializados 118.000 toneladas de agrotóxicos no Paraná.

> *"As disciplinas do curso superior de engenharia agronômica são adequadas ao desenvolvimento de projetos que exigem conhecimento mais profundo" -*
> *Des. Quadros da Silva*

Competência - Em defesa oral, feita no dia 15 de outubro, no TRF 4ª Região, em Porto Alegre, integrantes da assessoria jurídica do Senge-PR e Crea-PR sustentaram, entre outros pontos, o que prevê o Princípio Constitucional da Reserva Legal ao Exercício Profissional, (art. 5º, inc. XIII, da CF) que diz: *"nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar, considerando, em cada caso, os conteúdos das disciplinas que contribuem para sua formação profissional"*.

"Foi uma decisão em que, pela primeira vez, se olhou para a formação curricular dos técnicos agrícolas. A partir disso chegou-se à conclusão de que a formação dos técnicos é incompatível com a realização de determinadas funções, como a da venda e o ar-

mazenamento de agrotóxicos. Comercialização não significa apenas comprar e vender. É uma ação que integra processos de logística, entrega, armazenamento. Nesse caso específico pessoas sem formação suficiente estavam lidando com produtos que podem causar danos maiores nas esferas ambiental e de saúde pública", ressaltou o advogado Mauro Borges Loch, da Bordas Advogados, um dos representantes do Senge-PR na audiência no TRF, em Porto Alegre.

A grade curricular de um técnico agrícola ou agropecuário gira em torno de 1.500 horas. A formação é de nível médio. A de engenheiros agrônomos, que são aptos a emitir a receita agronômica e ter a responsabilidade técnica pela comercialização e armazenamento de agrotóxicos, é cerca de três vezes maior, de quatro a cinco mil horas aula, com formação superior.

O advogado João Luiz Arzeno, do escritório Trindade & Arzeno Associados, que presta assessoria jurídica ao Senge-PR, considera que a decisão do TRF permite resgatar, na essência, a discussão em torno dos agrotóxicos. *"É importante o entendimento de que não é possível que a atividade que envolva a venda e armazenamento de agrotóxicos seja feita por pessoas não habilitadas. É uma ação de interesse da sociedade porque determina o limite da segurança e do risco à saúde e ao meio ambiente. A decisão inédita e válida para o Paraná certamente marcará o início de um grande debate nacional em torno deste tema"*.

Foto: Alexsandro T. Ribeiro

Arzeno: É uma ação de interesse da sociedade porque determina o limite da segurança e do risco à saúde e ao meio ambiente.

Acesse o Acórdão emitido pelo Tribunal Regional Federal (TRF)

Confira o voto do desembargador-relator Fernando Quadros da Silva

SEGURANÇA PARA QUE O VENENO NÃO CHEGUE À MESA

Marcos Andersen

A utilização indiscriminada de agrotóxicos obrigou as autoridades da saúde a criar um sistema de monitoramento de resíduos nos alimentos. Criado pela Anvisa em 2001, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) busca avaliar e promover a qualidade dos alimentos em relação ao uso de agrotóxicos e afins.

Os resultados do Programa permitem verificar se os alimentos vendidos no varejo apresentam níveis de resíduos de agrotóxicos dentro dos limites estabelecidos pela Anvisa; conferir se os agrotóxicos estão registrados no país e se foram aplicados corretamente; estimar a exposição da população aos resíduos em alimentos de origem vegetal e avaliar o risco dessa exposição à saúde.

Os relatórios anuais do programa têm se constituído em um dos principais indicadores do uso irregular de agrotóxicos em alimentos consumidos pela população. Os resultados permitem refinar a avaliação da exposição aos resíduos de agrotóxicos e subsidiam a reavaliação de ingredientes ativos para a tomada de decisão sobre a restrição e o banimento de agrotóxicos perigosos para a saúde da população.

Além disso, o Programa recomenda aos consumidores que adquiram alimentos certificados e, portanto, rastreáveis até o produtor rural, e que este adote as Boas Práticas Agrícolas, reduzindo os resíduos de agrotóxicos e prevenindo agravos à saúde.

O último resultado publicado é de 2012, e considera amostras de produtos coletados em todo o país. Segundo os dados do último resultado publicado pelo programa, referentes a amostras coletadas naquele ano, do total de 210 amostras de abacaxis 41% apresentaram resultado insatisfatório no que diz respeito à concentração de agrotóxicos. De 211 amostras de morango, 15% apresentaram níveis de resíduos de agrotóxicos acima do limite e 59% tiveram resultado insatisfatório.

Na pesquisa também foram analisadas amostras de arroz, cenoura, laranja, maçã, pepino, abobrinha, alface, feijão, fubá de milho, tomate e uva. Todos os alimentos monitorados apresentam algum resíduo de agrotóxico, tanto acima do limite quanto em relação ao uso indevido desses produtos que acabam sendo consumidos pela população.

Os agrotóxicos podem causar vários danos à saúde, principalmente em exposições prolongadas, como neoplasias, dificuldades de aprendizagem, cefaleias, enjoos, tonturas e inúmeros outros. Apesar de o programa ter identificado alimentos contaminados que chegam à mesa dos consumidores, ainda faltam políticas e ações que possam evitar que isso ocorra.

Cada vez mais os países desenvolvidos têm estimulado a produção de alimentos sem agrotóxicos. No Brasil os programas como PRONAF Agroecologia e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica são iniciativas para incrementar a produção de alimentos sem agrotóxicos.

Infelizmente os resultados ainda são inexpressivos. Falta uma politica massiva de assistência técnica e de pesquisa apropriadas a cada região e aos sistemas de produção local. Os engenheiros agrônomos têm papel de protagonistas nesta caminhada por alimentos saudáveis e seguros, sem contaminar o ambiente, e tendo os agricultores familiares e camponeses como parceiros principais neste novo modo de fazer agricultura.

Foto: Joka Madruga

Marcos Andersen, diretor do Senge-PR, é engenheiro agrônomo formado pela UFPR. Foi secretário municipal de Agricultura e de Habitação, em Caxias do Sul (RS) entre 1999 e 2004, Consultor do Ministério de Desenvolvimento Agrário (2005-2006) e diretor Agrocomercial da Ceasa. Pós-graduado em Vigilância Sanitária, atualmente é responsável pela área de saneantes da Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde (DVS/SESA).

SENGE RECEBE CERTIFICAÇÃO OURO DO PRÊMIO CREA DE QUALIDADE

O presidente do Senge-PR, engenheiro agrônomo Carlos Roberto Bittencourt, recebeu a premiação do sindicato como o melhor na categoria Comunicação. Foto: Sylvio Vera

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná também foi parceiro de destaque do Crea-PR na regional Curitiba. E, pelo quarto ano consecutivo, Senge-PR levou o prêmio maior na categoria Comunicação.

O Senge-PR recebeu a Certificação Ouro na sétima edição do Prêmio Crea de Qualidade (PCQ), iniciativa do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia que premia as organizações profissionais parceiras que comprovem alto desempenho em suas gestões.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná também foi parceiro de destaque do Crea-PR na regional Curitiba e, pelo quarto ano consecutivo, Senge-PR levou o prêmio maior na categoria Comunicação.

"Esta premiação marca a participação e o trabalho das nossas entidades de classe ao longo do ano. O PCQ é uma iniciativa que contempla a dedicação daqueles que conduzem nossas entidades, incentiva a participação dos profissionais e engrandece as ações do Conselho, ao mesmo tempo em que recompensa aqueles que procuraram fazer a entidade crescer, agregar profissionais e trazer resultados", ressalta o presidente em exercício do Crea-PR, engenheiro agrônomo Orley Jayr Lopes.

A premiação do PCQ encerrou o 40° Encontro Paranaense de Entidades de Classe (EPEC), realizado em 7 de novembro de 2014, em Foz do Iguaçu.

Neste ciclo, o PCQ alcançou novo patamar de participação, com 62 entidades de classe, representando um aumento de mais de 100% desde a primeira edição do prêmio, em 2008. Destaque também para o aumento na pontuação total das entidades de classe, que foi 16% superior a alcançada no ano passado.

EM FAVOR DOS ENGENHEIROS E DA SOCIEDADE

O Seminário de Planejamento Estratégico reuniu, durante três dias, a direção do sindicato de todo o Estado. Foto: Senge

Em seminário de Planejamento Estratégico, Senge integrou a diretoria de todo o Estado e traçou metas de políticas públicas e sindicais para aumentar a representatividade com qualidade.

Investir na formação sindical permanente e atuar de forma incisiva em defesa de políticas públicas nas áreas da Agricultura Sustentável, Energia, Habitação de Interesse Social, Mobilidade Urbana, Pedágio, Recursos Hídricos e Saneamento são as frentes de ação prioritárias traçadas pelo Senge-PR para os próximos três anos.

Os compromissos foram firmados durante o Seminário de Planejamento Estratégico que reuniu, durante três dias (14 a 16 de novembro), a direção do sindicato de todo o Estado e funcionários do Senge-PR. O encontro teve o suporte do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) , com a participação dos técnicos Sandro Silva, Fabiano Camargo e José Inácio Ferreira Jr.

Os trabalhos a serem realizados no próximo triênio envolvem a integração das diretorias e atividades em Curitiba e em cada uma das oito regionais do sindicato, com vistas ainda à valorização da mulher no campo da engenharia e ao fortalecimento do Senge Jovem, projeto de suporte a estudantes de engenharia e de inserção de engenheiros recém-formados em ações pela valorização da profissão.

Fotos : Joka Madruga

SENGE ABRE COMEMORAÇÕES DOS 80 ANOS NO JANTAR DO DIA DO ENGENHEIRO

Durante o jantar, Senge homenageou os sócios remidos. Neste ano, foram 54 em todo o Paraná.

A tradicional confraternização realizada pelo Senge-PR em homenagem ao Dia do Engenheiro, com um jantar de fim de ano para os associados da entidade, foi marcada pelo lançamento das comemorações dos 80 anos do Sindicato em defesa dos profissionais de engenharia.

No jantar realizado em Curitiba foi apresentado aos engenheiros o selo comemorativo dos 80 anos do Senge-PR, entidade fundada em 6 de abril de 1935. Durante a confraternização, também foram entregues os certificados aos associados remidos do Sindicato de Curitiba e Região Metropolitana.

As homenagens aos remidos do Senge foram também feitas nas regionais do Sindicato em todo o Estado. No total, foram 54 os engenheiros remidos do Senge-PR em 2014. Entre eles 40 são da Metropolitana (Curitiba e RMC); 6 da Regional Maringá; 3 da Regional Cascavel; 2 da Regional Ponta Grossa; 1 da Regional Londrina; 1 da regional Foz do Iguaçu e 1 de fora do Estado (Goiás).

Confira a lista dos remidos:

Da Metropolitana:
Engenheiras Civis Arilde Sutil Gabriel; Rosilete Busato; Márcia Regina R C Schuchardt e Engenheiro Civil Homero Buba; Engenheiros em Eletrônica Clodomiro Onésimo da Silva, Raul Bertolucci e Salvatore Filippo Sciammarella; Engenheiro de Produção Cyro Jelita Martins; Engenheiros Mecânicos Saulo de Tarso Pereira, Rubens Godwin Correia, Luis Eduardo Laffitte Ronconi e José Riuji Tateiva; Engenheiro Agrônomo Jorge Zbigniew Mazuchowski; Engenheiros Químicos Péricles Sócrates Weber e Mario José Dallavalli; Engenheiros Florestais Paulo Augusto de Andrade Lima e Paulo Romanel; Engenheiros Eletricistas Mario Gomes Bettega, Wiliam dos Santos Fontoura, Diógenes da Cunha Marquez, Fernando Toledo Krukoski, Telêmaco de Jaguariaíva Carneiro, Carlos Yoshikazu Nakaguishi, Renato de Arruda Penteado Neto, Jackson Prohmann, Mitsuro Sakagami, Amauri Manfredini Keller; Nelson Sordi, Auro Seiji Mishima, Noboru Omori, Luiz Fernando Steilein, Antonio Tadeu Pereima, Voldi Costa Zambenedetti, Sussumu Valter Fukuda, Hugo Orlando Pacola, João Acyr Bonat Junior, Wilson Kawano, Luiz Fernando Dombrowski, Gilmar Francisco Krefta e Edson José Marcolin.

Da Regional Maringá:
Engenheiros Agônomos, Alberto Carlos Moris e José Croce Filho; Engenheiros Civis, Anthero de Freitas Filho e Sérgio Luiz Ferrari; e Engenheiros Eletricistas, Ubirajara Seyr Junior e Valmir Scatolim.

Da Regional Ponta Grossa:
Engenheiro Agrônomo Altair Ganz e Engenheiro Eletricista, Henrique Kengo Okoshi.

Da Regional Londrina:
Engenheiro Agrônomo,
Otávio Oliveira da Luz

Da Regional Foz do Iguaçu:
Engenheiro Agrônomo, Délcio Giuliani.

Da Regional Cascavel: *Engenheiros Agrônomos Marco Antonio Abreu de Andrade e Sérgio Luiz Schuch e o Engenheiro Civil, Gilberto Albuquerque Borborema*

De fora do Estado (Goiás): *Engenheiro Eletricista, Wilson Radi El Maftoum.*

Diretoria do Senge e membros do conselho fiscal

Cerca de 300 pessoas participaram da confraternização em comemoração ao Dia do Engenheiro

Presidente do Crea-PR, Joel Krüger, e o presidente do Senge, Carlos Roberto Bittencourt

Ex-presidente do Senge, Luiz Carlos Correa Soares, junto ao selo dos 80 anos do sindicato

Após o jantar, a diversão ficou por conta do tradicional baile do Sindicato

O ALERTA DO SISTEMA CANTAREIRA

Crise de abastecimento da Grande São Paulo faz com que Paraná se mobilize pela segurança hídrica

Por João Pedro de Amorim Junior

O convite para a formação do Grupo de Trabalho foi formalizado em reunião do secretário do Meio Ambiente, Antonio Caetano de Paula Junior, com a participação do presidente do Senge-PR e de demais entidades. Foto: Carla Quintas/Sema

O esvaziamento do Sistema Cantareira, que abastece 9 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo, acendeu a luz de alerta nos estados vizinhos sobre a necessidade da Segurança Hídrica.

No Paraná, por exemplo, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) decidiu criar um grupo de trabalho multidisciplinar para a elaboração de um plano estratégico nesta área. O Senge-PR foi convidado a compor o grupo juntamente com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PR), a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).

O objetivo das discussões, segundo o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antonio Caetano de Paula Júnior, é envolver a sociedade civil na elaboração de uma política pública sobre segurança hídrica. *"Pensar numa política pública é fundamental para nortear a vida dos paranaenses. E para que o nosso Estado nunca assista o que São Paulo está vivenciando, com a maior crise de água da sua história, é necessário um trabalho conjunto."*

Segundo informações da Sema, uma contribuição para o plano de prevenção em segurança hídrica foi a aprovação, junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), de financiamentos da ordem de R$ 1,2 milhão, para a elaboração do Plano Estadual e atividades correlatas, como eventos e seminários. O dinheiro vem do fundo estadual de recursos hídricos (originário da compensação financeira pelo uso dos recursos para geração de energia hidrelétrica) e a sua aplicação depende da elaboração de um termo de referência a ser discutida no próprio CERH.

Na opinião do presidente do Senge-PR, Carlos Roberto Bittencourt, é de grande importância a união de forças para a implantação de políticas públicas efetivas que garantam o bem-estar da população. *"Há mais de 20 anos o Senge tem dado atenção à preservação das áreas de mananciais no Paraná, em especial na Região Metropolitana de Curitiba. O nosso sindicato está preparado a contribuir com o planejamento de forma a garantir o abastecimento de água e também o não desperdício deste bem essencial à vida e à saúde pública. Antecipar soluções é fundamental para que os paranaenses não sofram os problemas que hoje penalizam a população do estado vizinho"*, afirma Bittencourt.

O vice-presidente do Senge-PR, Valter Fanini, lembra que a preocupação com recursos hídricos não é fato novo. "Até 2003 foram instituídos por lei instrumentos de gestão que instrumentalizam o Estado para agir na gestão dos re-

cursos hídricos e mananciais. Exemplos disso são a Lei Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999), a Lei Estadual das Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba (Lei Estadual nº 12.248, de 11 de julho de 1998) e o Plano de Monitoramento e Fiscalização da Ocupação das Áreas de Mananciais da RMC. Os instrumentos previstos nas leis não foram implementados até hoje. Foram engavetados e o governo se comporta como se nada existisse", afirma Fanini.

Dentro do Planejamento Estratégico do Senge para os próximos três anos, há um Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos e Saneamento que dará atenção especial à segurança hídrica. O GT do Senge, formado por diretores do sindicato profissionais das áreas de engenharia civil e engenharia agronômica, tem a missão de fomentar a discussão e intervir nos debates de políticas públicas para a revisão dos rumos de tais políticas de forma a contemplar os interesses da sociedade.

Integrante do Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos do Senge e responsável por um estudo sobre o tema para o Crea-PR, Luiz Carlos Correa Soares, destaca que as entidades estarão unidas neste processo.

"Estamos desenvolvendo um estudo completo, que abrange os 399 municípios sobre a atual situação do Paraná, no que diz respeito à segurança hídrica, saneamento e energia, e que vem ao encontro da proposta do Estado, através da Sema. Estamos unidos para trabalhar em conjunto e cada vez melhor".

Ação, reação e inércia – Muito se falou e escreveu e ainda se fala e escreve sobre o Sistema Cantareira, o ícone da crise de abastecimento de água de São Paulo. Inúmeros artigos indicam que o problema já era previsto. E apontam uma contribuição nefasta para o quadro de desbastecimento: a devastação do entorno da represa, com áreas em que a mata original deu lugar a pastos ou a plantações de eucaliptos.

Reportagem especial sobre o tema feita pelo Jornal Folha de São Paulo apontou ainda que, somado ao problema do descontrole da ocupação das áreas vizinhas à represa, entre janeiro de 2010 e janeiro de 2014, foram quase mil milímetros a menos do que chove, em média, nas represas da região.

Foco de interesse nacional, Cantareira foi ainda tema do embate político nas últimas eleições e figurou até mesmo como questão de vestibular na primeira fase da Fuvest, que seleciona alunos para a USP e Santa Casa. Aos vestibulandos a resposta foi que crise da água na Grande São Paulo é de natureza "ecológica" e "política" *"já que a reposição de água dos reservatórios depende de fatores naturais, assim como do planejamento governamental sobre o uso desse recurso"*.

Fato é que em momentos de crise, apontar culpados antes de sair à busca de soluções virou praticamente ato reflexo. Na esfera política isso acontece como tentativa de amenizar a culpa da gestão ou para transferir a responsabilidade a fatores externos ou a opositores de legendas concorrentes. A se valer a resposta da questão da Fuvest, a falta de planejamento foi a gota d'água, ou melhor a falta dela, que agravou a crise de abastecimento potencializada por um período de seca extrema.

Senge-PR e Crea-PR participarão de grupo de trabalho para elaboração de plano estratégico de segurança hídrica

Dicas de boas práticas pela segurança hídrica

• Projeto Cultivando Água Boa - Itaipu
Siga o link: *www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa*

• Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – Rebob
Siga o link: *www.rebob.org.br*

SEGURANÇA HÍDRICA PARA UM PLANETA SOB PRESSÃO

Comunidade Científica recomenda que o uso da água seja racional, equitativo e com justiça social para garantir o abastecimento das próximas gerações

Por João Pedro de Amorim Junior

O Mundo hoje enfrenta a chamada "Crise da Água", em que mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso a redes de abastecimento de qualidade. No Brasil, onde os recursos hídricos são abundantes, as grandes ameaças estão na poluição, na destruição da cobertura vegetal em áreas de mananciais e no aumento indiscriminado do consumo de energia. São males resultantes da falta de planejamento.

Para contribuir com a reversão deste quadro preocupante, a Comunidade Científica tem apresentado sugestões aos governos e à sociedade organizada tendo a Segurança Hídrica como uma das pautas para a sustentabilidade.

Com a indispensável participação de cientistas brasileiros, em 2012, foi levado à Rio + 20 o documento *"Segurança Hídrica para um Planeta Sob Pressão – Transição para a sustentabilidade: desafios interligados e soluções"* como uma das recomendações produzidas pela comunidade científica para a Conferência das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

A recomendação leva a assinatura do Programa Internacional da Geosfera-Biosfera (IGBP), uma rede de cientistas de todo o mundo responsável por pesquisas obre as Mudanças Globais e o Sistema Terrestre, com o objetivo de entender e fornecer respostas sobre as alterações ambientais em curso no Planeta.

Responsável pela revisão científica do documento como integrante do escritório regional do IGBP no Brasil, o pesquisador do Centro de Ciências do Sistema Terrestre/ INPE, Dr. Fabiano Scarpa, fala dos desafios pela garantia do abastecimento de água. Para ele, o que ocorre em São Paulo é uma consequência da falta de gestão dos recursos hídricos. Na entrevista a seguir, Scarpa defende, entre outros pontos, que a sociedade organizada amplie a participação em Comitês de Bacias Hidrográficas e em outros fóruns de decisão sobre os recursos hídricos.

1. Como representante do escritório regional do IGBP (International Geosphere-Biosphere Programm) o senhor assina a versão em português do documento *"Segurança Hídrica para um Planeta Sob Pressão – Transição para a sustentabilidade: desafios interligados e soluções"*, uma das nove recomendações produzidas pela comunidade científica para a Conferência Rio +20, realizada em 2012. Produzido há dois anos, o documento permanece atualíssimo, principalmente levando em conta o preocupante quadro de estiagem que enfrenta o Estado de São Paulo. Das recomendações de políticas públicas apresentadas no documento qual é (ou quais são) a(s) mais urgente (s) para contribuir com a modificação do quadro de crise que vemos hoje?

Resposta: A água é um recurso natural precioso para que tenhamos uma vida com qualidade. Isso inclui abastecimento, uso na agricultura e geração de energia. O documento elaborado propõe o uso racional, equitativo e com justiça social, de modo que a água esteja disponível para esta e as próximas gerações, ou seja, propõe o uso sustentável dos recursos hídricos. No entanto, a realidade é bem diferente. O mundo hoje enfrenta a chamada "crise da água". Mais de um bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água de qualidade. O Brasil é um país que possui recursos hídricos em abundância, mas estão ameaçados por uma série de problemas: poluição, destruição da cobertura vegetal, que protege corpos d'água de processos erosivos, aumento no consumo de energia e uso indiscriminado, tanto por parte das indústrias quanto da população em geral. O que ocorre em São Paulo hoje é uma consequência de tudo isso: Boa parte da vegetação das margens dos mananciais está muito alterada, o que contribui para o assoreamento dos rios que abastecem os reservatórios. A seca é uma parte do problema, mas não explica tudo. Programas de restauração vegetal devem ser ampliados. Para resumir, falta boa gestão dos recursos hídricos. As pessoas precisam aprender a fazer bom uso da água que consomem. Além disso devem demandar dos governantes políticas públicas para a garantia da segurança hídrica e punições a empresas que poluem e fazem uso excessivo desse bem tão raro.

2. O documento de orientação à Rio + 20 faz também um chamado à participação de toda a sociedade organizada em defesa da segurança hídrica. Aponta ainda que a capacitação é necessária para todos os níveis de gestão hídrica, de tomadores de decisão de alto nível a gestores de recursos hídricos, implementadores e técnicos (que muitas vezes são os principais elaboradores de políticas públicas), passando por membros da sociedade civil, organizações não governamentais e grupos de usuários da água. Além disso, em nível local, existe falta de capacidade para introduzir uma abordagem mais integrada da gestão dos recursos hídricos. De que forma uma entidade como o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, por exemplo, pode contribuir neste processo?

Vivemos em um país democrático. Isso quer dizer que a participação da sociedade, organizações não governamentais e sindicatos é fundamental. A sociedade precisa ter uma ação mais proativa e frequentar as reuniões dos comitês de bacias hidrográficas, por exemplo. Acredito que uma boa gestão

Foto: Fabiano Scarpa

Scarpa: O problema do desabastecimento em São Paulo teria sido minimizado se políticas públicas de proteção dos recursos hídricos tivessem sido implementadas."

só seja possível com demandas de grupos sociais organizados. Isso certamente sensibiliza os tomadores de decisão e leva a investimentos em capacitação técnica e formulação de políticas públicas para que problemas como este enfrentado em São Paulo não se repitam.

3. A sua experiência de trabalho junto a Rede Brasileira de Pesquisas Sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para mudanças climáticas (INCT para Mudanças Climáticas) permite enumerar os motivos que levam a esta crise de ausência de chuvas e o consequente problema no abastecimento em São Paulo?

Eventos climáticos extremos de seca e chuva são esperados em projeções futuras das mudanças climáticas globais. Não é possível afirmar com precisão que este evento da seca em São Paulo seja resultado disso. Mas o problema teria sido muito minimizado se políticas públicas de proteção dos recursos hídricos tivessem sido implementadas. Entre as medidas mais importantes estão a restauração da vegetação que protege os cursos de rios (esse é um procedimento oneroso e que exige capacitação técnica) e educação ambiental para que os cidadãos tenham atitudes mais conscientes em termos de sustentabilidade e para que possam exigir do poder público a garantia da preservação dos recursos hídricos.

4. Há outros estados com riscos semelhantes? O Paraná está nesta lista?

Estas secas extremas já ocorreram em estados da região amazônica, do nordeste, do Centro Oeste e da região sul. Em 2012 quatro municípios de Santa Catarina decretaram estado de emergência por uma seca severa: Irani, Jaborá, Ipira e Herval do Oeste. Houve grandes prejuízos pela perda de cultivares agrícolas. A hidrelétrica de Machadinho chegou a parar de funcionar. Neste mesmo ano, no Paraná, 34% dos municípios entraram em estado de emergência. Sim, o Paraná está na lista e já sofreu com isso. O fenômeno pode ocorrer novamente e trazer os mesmos danos.

5. O que é possível e necessário fazer para mudar este quadro?

A preservação da cobertura vegetal e a restauração ecológica de ecossistemas degradados em todo o território nacional é imprescindível para que se possa garantir o abastecimento de lençóis freáticos e a proteção dos cursos d´água. Além disso, a conscientização e participação da sociedade é imprescindível para a formulação de políticas públicas que garantam a segurança hídrica e redução do lançamento de poluentes

6. No Paraná, por exemplo, notícia recente publicada dá conta de que, nos últimos 14 anos, só foram aplicados 3% do orçamento previsto em recursos hídricos. De R$ 412,5 milhões só foram investidos R$ 13 milhões, segundo mostram os relatórios do governo do Estado de 2000 a 2014. Em que medida a ausência de investimentos pode por em risco a segurança hídrica?

Se os investimentos não forem aplicados adequadamente isso pode trazer consequências nefastas em termos de crise hídrica. Mais uma vez reforço aqui a participação da sociedade organizada. É preciso acompanhar o que está sendo feito. Por exemplo, se estiverem transpondo águas de uma bacia para abastecer outra estão adotando uma medida paliativa e isso não vai resolver o problema no longo prazo.

7. Em 20 de agosto de 2014, o governo federal lançou o Programa Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que tem o objetivo de garantir a oferta do líquido para uso humano e para as atividades produtivas - além de reduzir os riscos associados a eventos climáticos, como

Fabiano Micheletto Scarpa é pesquisador do Centro de Ciências do Sistema Terrestre/INPE e membro do escritório regional da América Latina do International Geosphere-Biospphere Programme (IGBP). É graduado em Biologia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), mestre em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Recebeu o título de doutor em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas em junho de 2007. Foi membro da Rede Brasileira de Pesquisas Sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) e do Instituto Nacional de ciência e tecnologia para mudanças climáticas (INCT para Mudanças Climáticas).

secas e cheias. De que forma o INPE está inserido ou pode contribuir neste processo?

O INPE possui muitas atividades que estão diretamente associadas à manutenção da disponibilidade hídrica. Há grupos de pesquisas diretamente envolvidos com monitoramento de bacias hidrográficas. Além disso, a Instituição monitora e gera sistemas de alerta para desmatamento na Amazônia. Também produz periodicamente, em parceria com a SOS Mata Atlântica, um Atlas sobre o estado de conservação deste bioma brasileiro, que é crucial para a segurança hídrica da região mais populosa da Nação.
Um órgão criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), O Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), está mapeando e monitorando áreas de risco de deslizamentos e enchentes em 795 municípios espalhados por todas as regiões do Brasil

8. O PNSH pretende identificar as demandas do setor até 2020 e o alcance das intervenções previstas vai até 2035. O senhor acha que já é possível enumerar algumas dessas demandas? Quais?

Entre os mais importantes estão: Conscientização, através de Programas de Educação ambiental, Preservação dos ecossistemas naturais, Restauração ecológica de ambientes degradados e Redução Drástica do lançamento de poluentes em aquíferos e cursos d´água.

9. Para alcançar os objetivos do programa, a Agên-

IGBP

O Programa Internacional da Geosfera-Biosfera (IGBP) existe desde 1987 sob a coordenação do Conselho Internacional para a Ciência (International Council for Science – ICSU). Trata-se de uma rede de cientistas de todo mundo encarregada de realizar pesquisas interdisciplinares sobre as Mudanças Globais e o Sistema Terrestre com o objetivo de entender e fornecer respostas sobre as alterações ambientais em curso no Planeta.
O IGBP é dirigido por um comitê científico composto por membros nomeados pelo ICSU e administrado por uma secretaria sediada na Academia Real das Ciências da Suécia, em Estocolmo. É financiado pelas contribuições de cerca de 50 países e opera localmente através de Comitês Nacionais sobre mudanças globais ou de Escritórios Regionais.
No Brasil, o Escritório Regional do IGBP está sediado no Instituto Nacional de Ciências Espaciais (INPE), em seu Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST). Tem a coordenação científica do pesquisador Dr. Jean Ometto, chefe do CCST.
O Escritório Regional auxilia o IGBP executar o seu Plano de Ciência e Estratégias de Implementação, e principalmente com a função de aumentar a capilaridade e sinergia do IGBP e outros programas globais na América do Sul e em outros países do mundo em desenvolvimento.
O Escritório Regional do IGBP foi criado em 2006 com a missão de difundir a agenda científica do IGBP em consonância ao projeto científico do Centro de Ciências do Sistema Terrestre, no INPE. Centrado na temática das mudanças ambientais globais e sustentabilidade do sistema terrestre, visa a consolidar laços científicos com a comunidade associada aos estudos do sistema terrestre na América Latina através da promoção de atividades de coordenação e disseminação da agenda científica.
Em sintonia com a sua missão, este articula uma rede de informações, em termos regionais e globais, através da participação e da organização de reuniões científicas, fóruns de discussão, oficinas de trabalho e publicação de material de divulgação científica

cia Nacional de Águas (ANA) e o Ministério da Integração Nacional identificaram a necessidade de obras como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração. A intenção é que os empreendimentos sejam executados pelo ministério por meio de parcerias nos âmbitos federal e estadual. Obras como barragens, por exemplo, têm impacto negativo com a degradação dos recursos hídricos. O senhor acha que elas seriam solução neste processo? Quais outras alternativas?

Não são a solução. Aqui em São Paulo há um plano de transposição da bacia do rio Paraíba para o Sistema Cantareira. Essa obras são um paliativo. São medidas emergenciais. Para assegurar água de qualidade no longo prazo é necessário preservar as formações vegetais originais, reduzir a degradação da vegetação natural, investir em restauração ecológica e em programas de conscientização.

10. O senhor considera que houve avanços pela segurança hídrica no Brasil desde a Eco92? Quais poderia citar? E o que mais é necessário fazer?

Houve avanços. Entre os bons exemplos estão a Lei das Águas- nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que regula o uso da água em território nacional.

Brasil será sede do 8º Fórum Mundial da Água, em 2018

"Segurança hídrica significa garantir que ecossistemas de água doce, costeira e outros relacionados sejam protegidos e melhorados; que o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política sejam promovidos; que cada pessoa tenha acesso à água potável suficiente a um custo acessível para levar uma vida saudável e produtiva, e que a população vulnerável seja protegida contra os riscos relacionados à água."

As aspas acima são do primeiro pronunciamento intergovernamental sobre a segurança hídrica, que consta na Declaração Ministerial do 2º Fórum Mundial da Água, realizado em Haia, Holanda, em abril do ano 2000. A ideia do Fórum, surgiu em 1996 no âmbito do Conselho Mundial de Água, para discutir os principais assuntos relacionados com a gestão de recursos hídricos. O I Fórum aconteceu em 1997, em Marraquech, Marrocos. A cada três anos, se reúnem no Fórum Mundial da Água representantes governamentais, de organizações internacionais, de ONGs, de instituições financeiras e de indústrias, além de cientistas, especialistas em assuntos hídricos, empresários e acadêmicos.

Em sua mais recente edição, em Marselha, em 2012, contou com a participação de 35.000 pessoas, provenientes de mais de 140 países. A próxima edição ocorrerá em 2015, em Daegu e Gyeongbuk, na Coreia do Sul. Além das discussões temáticas, o evento conta, também, com Exposição destinada ao público em geral, além de representar oportunidade de negócios para empresas do setor.

Em 2018, o Brasil será sede do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado na cidade de Brasília. A escolha do Conselho Mundial da Água (CMA) foi divulgada em 26 de fevereiro de 2014. Em nota do Itamaraty, o Governo brasileiro manifestou satisfação. *"O FMA é, hoje, o principal ambiente de diálogo internacional entre diferentes setores envolvidos com a temática dos recursos hídricos, contando com ampla participação da sociedade civil. A eleição de Brasília como sede do Fórum Mundial da Água é reconhecimento da relevância do país no que se refere ao tratamento do tema no cenário internacional. A realização do 8º FMA, em março de 2018, representará oportunidade de promover amplo debate sobre os desafios e oportunidades ligados à questão da água em âmbito nacional e internacional."*

Acesse a íntegra da recomendação à Rio+20:

CENÁRIOS PARA UMA REFORMA POLÍTICA

Por Camila Marins

Foto: Wilson Dias/ABr

O embate eleitoral mostrou que, mais do que mudanças, a população brasileira busca o aprofundamento da democracia. A chamada "Reforma das Reformas" poderá abrir a porta para outros avanços de que o País precisa.

Mais do que mudanças, a população brasileira busca o aprofundamento da democracia. O segundo turno das eleições foi emblemático para a demarcação de dois projetos políticos para o país. De um lado o retrocesso bravamente derrotado. De outro, um projeto comprometido com mudanças. Após 12 anos de governo, houve muitos avanços, principalmente em relação à diminuição da desigualdade social e à ampliação de políticas de distribuição de renda. No entanto, é preciso mais. Dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontam que a composição eleita para o Congresso Nacional é a mais conservadora desde os tempos da redemocratização. Se em 1984 o povo brasileiro clamava por "Diretas Já!", passamos da hora de afirmar, sem medo: "Constituinte Já". Confira a entrevista com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

- Dentre os pactos nacionais apresentados pela presidenta Dilma está a reforma política. Qual a importância desta reforma para o país?

A presidenta Dilma tem dito que a reforma política é a "reforma das reformas" e ela tem toda a razão. Ela é a chave para podermos seguir avançando e aprofundar as transformações sociais dos últimos 12 anos, com a aprovação de outras reformas, como a tributária, por exemplo. Há uma crise de representação no nosso sistema político, no qual a sociedade, em especial a juventude, não se

vê representada no parlamento. As manifestações de junho de 2013 deram esse recado de forma bem clara. Isso leva a uma descrença nas instituições e na política como forma de transformação da realidade. E também faz com que as vozes de amplos setores não sejam ouvidas no Congresso. Nas últimas eleições, a bancada sindical foi diminuída quase pela metade, segundo levantamento do Diap. Em contrapartida, as bancadas empresarial e ruralista cresceram e ganharam força. Essa realidade é particularmente perversa quando vemos a sub-representação de mulheres, negros, indígenas e outras minorias no parlamento.

- De onde vêm essas distorções?

Isso se deve às distorções do nosso sistema político e eleitoral, em especial o financiamento empresarial de campanha. Os candidatos, parlamentares e o próprio Executivo passam a ter uma dependência do capital financeiro, da indústria, da elite, através desse perverso financiamento empresarial de campanha. O poder econômico passa a colonizar o poder político, a democracia. Sabemos que o empresário não doa. O empresário faz um investimento quando ele entrega o dinheiro para uma campanha eleitoral, porque ele quer o retorno, por isso temos que nos libertar desse sistema. Isso é essencial, pois deturpa a representação do povo no Congresso e é o germe da corrupção. Inclusive, já se formou uma maioria no Supremo Tribunal Federal em torno deste entendimento. Também precisamos, por meio da reforma política, aprofundar os mecanismos de participação direta da sociedade nas decisões de governo.

- Por que a imprensa e setores conservadores fazem críticas tão intensas?

Não temos como negar que o sistema como ele existe hoje privilegia determinados grupos sociais, políticos e econômicos, que não querem perder ou sequer ver diminuída a influência e o controle que detém sobre o processo eleitoral e a democracia brasileira. Por isso as reações contrárias e por isso a reforma política, especialmente o fim do financiamento empresarial, não avançou nos últimos anos.

- Teremos um dos congressos mais conservadores desde a redemocratização. Como avançar na reforma política?

A chave para avançarmos é construirmos um intenso processo de participação e mobilização do povo brasileiro. A presidenta Dilma tem dito isso: "não haverá reforma política sem participação popular". Vários setores vêm construindo uma saída para esse impasse, como a forte unidade construída em torno do plebiscito realizado em setembro, que conseguiu alcançar mais de sete milhões de brasilei-

"Há uma crise de representação no nosso sistema político, no qual a sociedade, em especial a juventude, não se vê representada no parlamento."- Gilberto Carvalho

ros pregando a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para a reforma política. Outras entidades, como OAB e CNBB, estão firmes na coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que vai na mesma linha: reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanha.

- É possível a realização de uma Constituinte Exclusiva? Alguns setores acreditam que a possibilidade de uma constituinte pode abrir brechas para a retirada de direitos. Qual a sua avaliação?

É possível. Claro que há riscos, mas creio que uma Assembleia Constituinte exclusiva e limitada em seus poderes (não poderia mexer em outras regras da Constituição, como direitos sociais e trabalhistas, por exemplo, para não haver retrocessos) é viável do ponto de vista político e jurídico. E realizar a reforma política através de representantes eleitos exclusivamente para isso tem uma vantagem, que é a de que estes representantes não serão afetados nem terão seus interesses e mandatos em jogo com as mudanças das regras eleitorais. Isso propiciaria um ambiente de debate qualificado sobre o tema. Mas tudo isso deve ser debatido com a sociedade e penso que agora devemos juntar nossos esforços, nos unificarmos em torno do recolhimento de milhões de assinaturas para a apresentação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabelece a Reforma Política Democrática. Outra iniciativa unitária importante é demandar ao Supremo Tribunal Federal que conclua o julgamento sobre a inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha. O placar já está 6 a 1 pela inconstitucionalidade desta prática.

- Qual a importância da participação popular?

A participação popular é central neste processo. Não conseguiremos avançar nas reformas que o país precisa, inclusive na reforma política, sem a mobilização e o engajamento da sociedade brasileira. A presidenta tem dito que é necessário algo como o ocorrido no período das "Diretas, Já!", e se pegarmos a história brasileira, inclusive a história mais recente, veremos que as importantes transformações e avanços na democracia foram conquistados por meio da organização e mobilização do povo brasileiro. Não seria diferente com a reforma política.

- O governo pretende lançar alguma campanha didática para a sociedade sobre o tema?

A presidenta Dilma tem enormes desafios neste momento, dentre eles estão a montagem da equipe de governo e a retomada do diálogo com o Congresso e com a sociedade no período pós-eleitoral. Nesse processo, teremos de construir as estratégias do governo para avançarmos na reforma política, e o envolvimento da sociedade será essencial. Essa ideia de promover uma campanha é interessante e temos que considerar.

SENGE-PR

VALORIZE SUA FORMAÇÃO
SEU TRABALHO, SEU FUTURO
VENHA PARA O SENGE-PR

SENGE-PR: *Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná*
senge-pr.org.br

O PAPEL DA MULHER NA ENGENHARIA

Angela Doubek

A engenharia clássica teve origem na área militar, tendo sido responsável pelo aparecimento de armamentos, fortificações, estradas, pontes, canais, instrumentos. No final do século XVIII instalou-se no Brasil o curso de fortificações, artilharia, etc., na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Em 1810 surgiu a Academia Real Militar e em 1831 a Academia Militar e de Marinha, com o curso de Engenheiro de Pontes e Calçadas.

Até 1946 existiam no Brasil 15 instituições de ensino de engenharia. Na década de 70 já existiam mais de 100 instituições de ensino superior com mais de 300 cursos de engenharia. Atualmente no Brasil, existem cerca de 200 instituições com mais de 600 cursos de engenharia.

Hoje, mais de 200 anos após o surgimento da Engenharia no País a maioria das suas modalidades continua sendo uma ciência predominantemente masculina.

As mudanças que ocorreram na estrutura familiar mundial não foram suficientes para que os papéis de "homens e mulheres" fossem distribuídos de uma maneira mais igualitária para ambos. As responsabilidades domésticas e de educação das crianças, assim como com os idosos, ainda cabem bem mais às mulheres dos que aos homens.

Em 1945 formou-se em Curitiba a primeira engenheira: Enedina Alves Marques. Mulher, negra e pobre.

No início de sua carreira, foi funcionária da Secretaria de Viação e Obras Públicas, onde atuou como engenheira fiscal de obras do Estado do Paraná; foi chefe de hidráulica; chefe da divisão de estatísticas; chefe do serviço de engenharia da secretaria de educação e cultura. Atuou no levantamento topográfico da Usina Capivari Cachoeira. Deixou sua contribuição no levantamento de rios, na construção de pontes e na Usina Parigot de Souza. Conquistando aos poucos o reconhecimento profissional. Com competência liderou peões, técnicos e engenheiros. Gerenciou obras e trabalhos burocráticos. Fez-se respeitar e valorizar.

Enedina foi a precursora das engenheiras do Paraná!

Foto : Joka Madruga

Angela Doubek, Diretora Secretária Adjunta do Senge-PR é engenheira civil e especialista em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Trabalha na Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Ingressou na diretoria do Senge em 2011 e tem se destacado como líder sindical, sobretudo na empresa, estando à frente na defesa dos direitos de engenheiros, geólogos e geógrafos da Sanepar.

A desigualdade de gênero foi criada culturalmente ao longo do tempo. Existem muitas piadinhas em relação à qualificação feminina. Dizem que as mulheres conseguem boas notas por serem bonitas, atraentes ou frágeis, mas nunca por seu próprio mérito.

Quando a mulher alcança um cargo mais alto, homens usam desses artifícios para diminuírem a sua condição. Da mesma forma, quando um homem comete um erro, logo é esquecido. Sendo uma mulher, o erro vai acompanhá-la constantemente.

Um dos estereótipos da função é que "mulher não se suja nem coloca a mão na massa". Em contraponto a isso, vemos as mulheres assumindo muito mais as funções na área da construção civil, desde servente de pedreiro até mestre de obras.

As características necessárias ao desempenho da engenharia são: comprometimento, criatividade, empreendedorismo, capacidade de trabalhar em equipe, de conviver com mudanças e tomar decisões. São características ligadas diretamente ao "ser", e não ao "saber", ou seja, as qualidades almejadas são relacionadas à personalidade, não necessariamente à sua formação.

Para combater esse processo discriminatório, é necessário implantar ações socioeducativas, tanto com homens quanto com mulheres. Assim como essa desigualdade de gênero foi adquirida pela construção de valores ao longo da história, existe a necessidade de "desconstruir" tais atitudes e reconstruir outras novas.

Então, qual o papel da mulher na engenharia?

O papel da mulher na engenharia é exatamente o mesmo do homem!

Diretora Secretária Adjunta do Senge-PR, Angela Doubek é engenheira civil e especialista em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Trabalha na Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Ingressou na diretoria do Senge em 2011. Apesar da recente participação como dirigente do sindicato, Angela tem se destacado como líder sindical, sobretudo na empresa, estando à frente na defesa dos direitos de engenheiros, geólogos e geógrafos da Sanepar.

O Salário Mínimo Profissional é um direito de todos os profissionais de engenharia, agronomia, química e medicina veterinária garantido pela Lei Federal 4.950 A/66. O piso equivale a 6 salários mínimos vigentes para seis horas de trabalho e a 8,5 salários mínimos para uma jornada de oito horas.

Se a sua empresa não cumpre a lei, procure o Senge-PR.

PISO SALARIAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA É LEI

SENGE-PR

PLANEJAMENTO METROPOLITANO É NECESSÁRIO E URGENTE

Desenvolvimento integrado nos grandes centros depende da inclusão dos cidadãos metropolitanos

Por João Pedro de Amorim Junior

Fanini: O desenvolvimento metropolitano é estratégico e depende da integração de políticas urbanas com a participação do Estado, dos municípios e da sociedade. Foto: Andressa Katriny/CMC

No contexto das grandes cidades brasileiras, dividir problemas em vez de multiplicar soluções tem sido uma conta que tem como produto o caos urbano.

A causa disso tudo está na ausência de planejamento somada a medidas paliativas de gestão com foco apenas no território das chamadas cidades polo. Em outras palavras, as políticas urbanas são adotadas pelos núcleos de maior concentração, ignorando o mundo que os cerca, como se as cidades ainda tivessem as cercas da época da Idade Média ou como se as metrópoles fossem uma ilha.

O grande desafio, neste momento, está em incluir as regiões metropolitanas no processo de planejamento. Esta é uma defesa permanente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) que está sendo trabalhada em Curitiba, mas que cujo entendimento é válido para todo o território paranaense.

"Como constituir relações harmoniosas de uso e ocupação do solo quando o zoneamento definido por um município não dialoga com outro ao seu lado, gerando contrastes nocivos ao meio urbano?", questiona o vice-presidente do Senge-PR, engenheiro Valter Fanini, defensor de que o planejamento das cidades leve em conta os municípios vizinhos e a população comum desses grandes centros.

No conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Região Metropolitana "é uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o pla-

"Como constituir relações harmoniosas de uso e ocupação do solo quando o zoneamento definido por um município não dialoga com outro ao seu lado?"

nejamento e a execução de funções públicas de interesse comum".

No Paraná, são três as regiões metropolitanas institucionalizadas: a de Curitiba, criada em 1973, e de Londrina e Maringá, ambas criadas em 1998.

Dados do Censo de 2010 apontaram oito cidades paranaenses com mais de 200 mil habitantes: (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu e Colombo), que as coloca com 'porte' de metropolitanas, ao menos no número de habitantes. Destas, duas (São José dos Pinhais e Colombo), fazem parte da chamada Grande Curitiba, que conta no total 29 municípios e uma população de 3,2 milhões de habitantes.

Na opinião de Fanini, é necessário respeitar os limites para o crescimento sustentável da metrópole e das cidades no entorno. *"Os limites naturais, legais e de acessibilidade entre os municípios devem ser atendidos para que haja desenvolvimento. Curitiba apresenta hoje tendência de crescimento ao norte e ao sul, pois os setores leste e oeste apresentam contentores naturais, como o relevo e a hidrologia"*, observa.

O vice-presidente do Senge considera que, diante da constatação de que Curitiba é parte de um contexto urbano metropolitano, e que é provável que em 2020 esta parte seja menor que 50% do todo, é necessário dar respostas urgentes a questões determinantes ao desenvolvimento. *"Entre essas questões está a forma de planejar o sistema viário e operar o transporte público de passageiros e também como continuar preservando as áreas de mananciais que abastecem a capital, sendo que isto impõe enormes restrições de ocupação de crescimento econômico e populacional aos municípios vizinhos sem que haja nenhuma forma de compensação."*

Fanini destaca ainda a necessidade da constituição de um modelo conjunto de gestão para o sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos, já que não existe nenhuma possibilidade de solução na escala nível municipal para esta questão.

Além disso, na opinião do engenheiro, é necessário pensar em como tratar a hidrografia regional urbana, como por exemplo, se as soluções de drenagem de um município, ou o uso da bacia hidrográfica alteram o regime hidrológico de rios e córregos provocando maiores inundações nos municípios vizinhos. E como constituir um processo de distribuição mais equitativa da riqueza produzida na RMC, já que alguns municípios possuem enormes vantagens locacionais enquanto outros são obrigados a preservar a totalidade de seu território como manancial de água para abastecimento público.

No caso de Curitiba, a política habitacional também deve ser foco de atenção, já que todas as possibilidades de constituição de novos corredores de expansão urbana adentram o território de municípios vizinhos.

Para Fanini, o planejamento metropolitano precisa ser integrado, de forma que sejam criadas soluções urbanas que atendam principalmente os municípios que vivem à sombra da Capital. *"O desenvolvimento metropolitano é uma questão estratégica e fundamental para a qualidade de vida da população. É tarefa que depende de planejamento e da integração de políticas urbanas com a participação do Estado, dos municípios e da sociedade"*, afirmou.

As propostas do Senge-PR para a real integração metropolitana foram apresentadas na 8ª audiência pública sobre o Plano Diretor (PD) de Curitiba, na última reunião do ano, realizada no dia 6 de novembro, na Câmara de Vereadores.

"O desenvolvimento metropolitano depende de planejamento e da integração de políticas urbanas com a participação do Estado, dos municípios e da sociedade" - Fanini

REGIÕES METROPOLITANAS NO PARANÁ

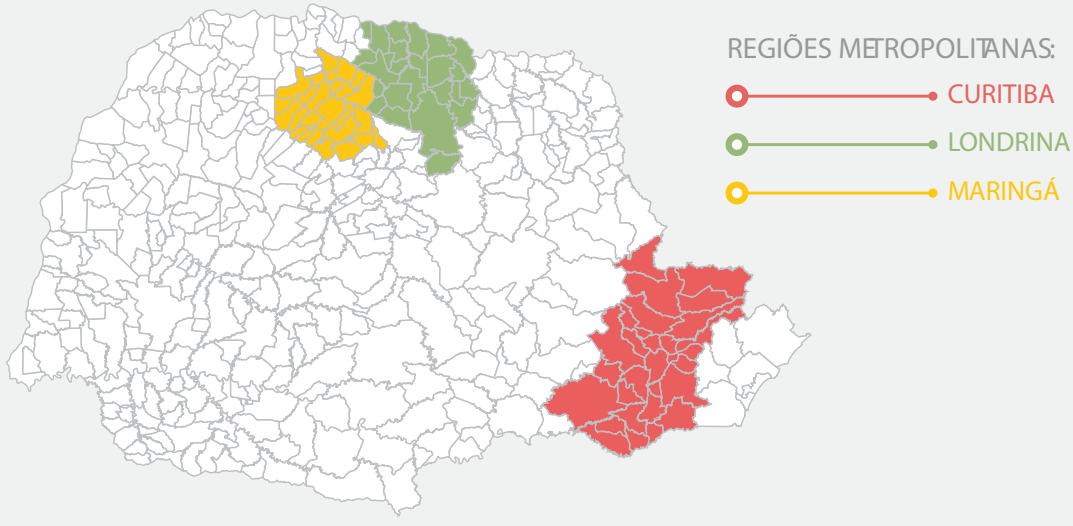
A expressão "Região Metropolitana" aparece na legislação brasileira em 1967,
através do artigo n.º 164 da Constituição Federal, em que se define que a União, mediante
Lei Complementar, poderia estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma unidade socioeconômica, visando a realização de serviços comuns.

No ano de 1973 foi aprovada a Lei Complementar n.º 14, que, em seu artigo n.º 1, estabelece "[...] na forma do artigo 164, da Constituição, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza". No ano de 1974, a Lei Complementar n.º 20 incorpora a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A **Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é formada por 29 municípios**: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. Segundo dados do IBGE a Grande Curitiba tem 3.168.980 habitantes numa área de 15.419 km². Esta população cresceu 3,5 vezes mais desde a década de 70, passou de 907 mil habitantes para quase 3,2 milhões de habitantes de hoje.

A **Região Metropolitana de Londrina**, a primeira do interior brasileiro, foi instituída pela Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998. Inicialmente eram oito os municípios que compunham a área metropolitana de Londrina (Londrina, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.) Além destes, passaram a integrar a região as cidades de Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Sabáudia, Sertaneja e Uraí. Hoje, a grande Londrina conta com **25 municípios** na Região Metropolitana, com uma população estimada (IBGE 2013) de 1.043.328 habitantes, dos quais 537.566 na cidade polo.

A **Região Metropolitana de Maringá (RM Maringá)** foi criada pela lei Estadual n. 83/98. Também constituída inicialmente por oito municípios (Maringá, Sarandi, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu e Floresta) a Grande Maringá passou a abranger as cidades de Marialva, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança. **São 26 no total**, com população estimada de 764.906 habitantes, dos quais 391.698 em Maringá.



COMUNICAÇÃO PARA TODOS

Por Alexsandro T. Ribeiro

Realizado anualmente, o Curso do NPC debateu a mídia dos trabalhadores e seu papel na disputa pela hegemonia
Fotos: Alexsandro T. Ribeiro

Criar um marco regulatório da comunicação social no País e ampliar a participação da sociedade nos meios é uma das principais reformas esperadas por alguns setores da sociedade civil. Hostilizado nos meios de comunicação de massa, o tema vem seguindo sem muita visibilidade e avanços, salvo raras exceções, como o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, idealizado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que propõe a regulamentação do setor no País.

A democratização e abertura ampla dos meios de comunicação à participação da sociedade, quer seja na escolha da programação ou na produção do conteúdo, tem se tornado tema recorrente nas defesas das entidades sindicais e dos movimentos sociais.

Os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental nas sociedades atuais. Não há informação que não seja mediada. Quer seja pela TV, rádios, internet, telefonia celular ou qualquer outro dispositivo de comunicação, os indivíduos precisam cada vez mais de informação para se orientar em suas decisões e para o exercício da cidadania. Em meio a esse cenário, quem detém o poder

de informar e orientar a população?

Mais de 75% dos brasileiros indicaram a televisão como meio de comunicação predileto, e cerca de 8% preferem o rádio, segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia, publicada neste ano pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. Esses são meios que utilizam espectros públicos, e que, portanto, são administrados sob concessões cedidas pelo poder público.

O que deveria ser de todos, público e plural, no entanto, não ocorre na prática, conforme aponta a jornalista e coordenadora do Coletivo Intervozes e da executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Bia Barbosa. "Temos um quadro extremamente concentrado dos meios de comunicação, controlado por grandes grupos econômicos, que no Brasil muitas vezes se confundem com grupos familiares, e com grupos que exercem poder político direto nos parlamentos e poderes executivos".

Em mesa temática sobre a democratização dos meios, na 20.ª edição do curso anual para trabalhadores do Núcleo Piratininga de Comunicação, no Rio de Janeiro, com a participação do jornalista e sociólogo Venício Artur de Lima e do professor da Escola de Comunicação da UFRJ, Marcos Dantas, Bia criticou a falta de liberdade de expressão na comunicação devido ao forte controle privados dos meios. *"O quadro do sistema midiático brasileiro é de total ausência do exercício da liberdade de expressão do conjunto da população brasileira, hoje quem exerce essa expressão são aqueles que controlam diretamente a propriedade dos meios de comunicação de massa".*

Segundo a pesquisa Donos da Mídia, realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), 41 grupos de abrangência nacional dominam mais de 550 veículos de comunicação no Brasil. No Paraná, três grupos se destacam no setor: Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), formado pela Rede Paranaense de Comunicação com 8 emissoras filiadas à Rede Globo, três jornais diários - Gazeta do Povo, Jornal de Londrina e Tribuna -, o portal de notícias Paraná Online, pelas rádios 98 FM e Mundo Livre FM e pelo canal de TV multiplataforma ÓTV; seguido do Grupo RIC - Petrelli de Comunicação, afiliado à rede Record e com cinco rádios da Rede Jovem Pan e, em terceiro, a Rede Massa, afiliada ao SBT, atuante na TV e em rádios AM e FM.

A questão fundamental com a concentração midiática, afora as relações econômicas de formação de oligo e monopólio, é a verticalização e a falta de pluralidade da informação, na medida em que a mediação é controlada por poucas empresas ou por grandes grupos com propriedade cruzada. De acordo com Marcos Dantas, isso fica mais nítido em épocas eleitorais. Para o professor da UFRJ, na disputa presidencial foi nítida a diferença dos posicionamentos nos meios massivos de comunicação ante a pluralidade de versões e manifestações na internet, cujo marco civil foi aprovado em abril deste ano.

"Vimos como funcionou nos meios durante as eleições e também como o debate da internet foi extremamente importante para neutralizar o oligopólio das mídias. Não apenas pela contra-informação, mas sobretudo pela aglutinação, pois se você abre o jornal, liga a TV e pega a revista, as informações que estará recebendo, inclusive no entretenimento, têm apenas um viés. E se você acha que as coisas não são como estão apresentadas, você é massacrado por uma determinada abordagem. Na internet aconteceu o contrário".

A quem interessa? - Se por um lado é fácil identificar a quem interessa a falta de regulamentação no setor, ou seja, os empresários, políticos e grupos

"Acho que para compreender o impasse, ao invés de quem é contra a democratização da comunicação, vamos pensar em quem é à favor" - Venício Lima, jornalista e sociólogo

Bia Barbosa: há uma concentração dos meios de comunicação de massa, dominados pelo capital privado e por políticos.

Disputar o gosto do consumidor é tão importante quanto criar novos espaços de comunicação, afirma Marcos Dantas, professor da UFRJ

do setor, o jornalista e sociólogo Venício Lima propõe a inversão da questão. A quem interessa a democratização da comunicação? *"Acho que para compreender o impasse, ao invés de quem é contra, vamos pensar em quem é a favor. Quando se pensa nisso é que se vê com mais clareza porque não acontece. São aqueles atores não atores, que não conseguem ir além nem na representação parlamentar, nem na atuação direta de quem influencia na formulação de políticas públicas. Uma reflexão importante sobre a democratização da comunicação no Brasil é pensar em quem é que está do lado dessa batalha, e que batalha é essa, pois não há um acordo das prioridades".*

A crítica é um alerta à importância do tema para a população e para a sociedade civil. Segundo Lima, entidades e instituições com histórico combativo, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o movimento estudantil e as universidades, têm deixado de lado a defesa da comunicação para todos.

Mesmo com um capítulo exclusivo na Constituição, ainda falta regulamentação para a comunicação no País

Um dos principais entraves na luta contra a concentração da mídia e pela democratização dos meios de comunicação é a falta de uma legislação que busque regular o setor. A comunicação tem um espaço de destaque na Constituição Federal de 1988, com um capítulo composto por 5 artigos dedicados à liberdade de expressão, às restrições de monopólio e oligopólio, à regionalização da produção cultural, às diretrizes de outorga das concessões, permissões e autorizações para serviços de radiodifusão, dentre outras questões. Hoje, 26 anos após a promulgação da Carta Magna, o capítulo da comunicação, no entanto, segue sem efeito pela falta de leis que o regulamentem.

De acordo com Venício Lima, a regulamentação do que está previsto na Constituição de 1988 é o primeiro passo fundamental para a democratização da mídia. *"Em termos de democratização da comunicação, de regulamentação, precisa-se cobrir o que existe na Constituição. Regular e cumprir o que está previsto com alguns pontos preferenciais".*

Outro ponto seria a instituição de Conselhos Estaduais de Comunicação Social, com competências de interferir na construção, variação e acompanhamento dos planos estaduais de comunicação, com repercussão, por exemplo, na distribuição de recursos oficiais de publicidade em âmbito regional. *"Em alguns estados os conselhos estão previstos nas constituições, como na Bahia e em Alagoas, e na Lei Orgânica do Distrito Federal. Porém, a maioria não é ativa. Precisa resgatar esses conselhos e instalar nos estados em que não é previsto, torná-los presentes".*

Lima também destaca a necessidade de alterar a regra de distribuição de publicidade, com vistas a incentivar pequenos veículos de comunicação. Hoje, a distribuição das verbas oficiais de publicidade do governo federal, à cargo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), atende ao critério "mídia técnica", que privilegia a distribuição por valor de investimento proporcional à audiência ou

circulação do veículo. *"A alteração dos critérios depende apenas de vontade política do poder central para que o estado suporte e ajude financeiramente os veículos que na disputa do mercado não conseguiriam sobreviver, mas que cumprem um papel fundamental de dar voz a quem não tem voz, e criar uma pluralidade fundamental para o processo democrático".*

Incentivo à mídia pública é a chave para a democratização

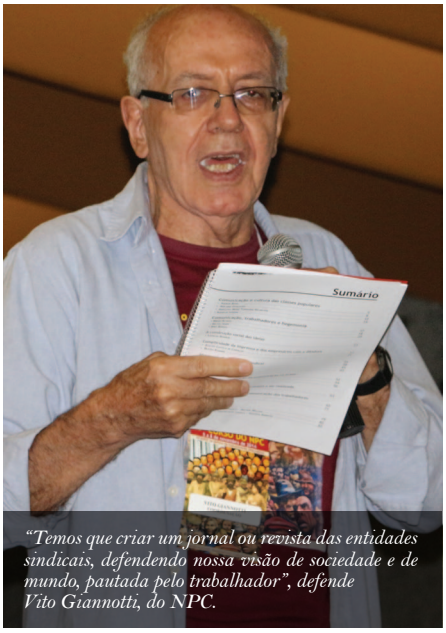
Promover e intensificar a atuação dos meios públicos de comunicação perpassa pela defesa da democratização da comunicação, segundo Venício Lima. Em 2007, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), composta pela Agência Brasil, por oito emissoras de rádio, pela TB Brasil, a TV Brasil Internacional, a Radioagência Nacional e pelo Portal EBC.

No entanto, a EBC sofre problemas de investimento e carece de mais atenção do governo para a ampliação da estrutura. De acordo com a já citada pesquisa sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, os programas da TV Brasil e da Rádio da EBC apenas foram lembrados pelos pesquisados após estímulo dos entrevistadores, sendo que 62% dos entrevistados afirmaram não conhecer a TV Brasil.
"Logo após a reeleição, a presidente Dilma deu entrevista para a Record, Globo, SBT e Band. Mas não para a TV Brasil. Perguntei para algumas pessoas que conheço lá na TV e recebi a mesma resposta, que foi solicitada a entrevista, mas que não houve resposta. No meu modo de ver, se eu tivesse algum poder de influenciar esse tipo de decisão, acho que ela deveria ter dado uma coletiva de imprensa liderada pela TV Brasil, que é o canal público. Isso significaria prestigiar a TV pública e mostrar para o resto da sociedade que ela existe. Deveria consolidar uma mídia pública que poderia, à médio e longo prazo, fazer a disputa do gosto da audiência e se tornar referência alternativa, inclusive de qualidade para a mídia comercial/privada, que predomina entre nós desde que existe televisão no Brasil".

Segundo Marcos Dantas, é necessário não apenas criar novos espaços e ampliar a participação da sociedade civil nos meios de comunicação, mas também disputar a audiência com os meios hegemônicos. *"A questão não é só a regulação econômica, porque a gente pode criar diversidade e pluralidade. A regulação econômica permite que em um país como a Espanha você tenha mais de mil canais de televisão, ou na Inglaterra, por exemplo. Agora, tem uma rede de televisão na Espanha que tem mais de 30% da audiência, na Inglaterra uma que tem mais de 40%. Os outros atuam em audiência segmentada. Tem que disputar o gosto. A regulação econômica que a presidente tem falado talvez proporcione o espaço para se diversificar as vozes falantes, mas terá que disputar a audiência".*

Lei de Iniciativa Popular propõe marco regulatório para o setor

Regulamentar a comunicação, ao contrário do que é defendido pela imprensa hegemônica, não é regular e/ou censurar a liberdade de expressão, mas sim tornar efetivo o que está previsto na Constituição, além de



"Temos que criar um jornal ou revista das entidades sindicais, defendendo nossa visão de sociedade e de mundo, pautada pelo trabalhador", defende Vito Giannotti, do NPC.

Os diretores do Senge-PR Leandro Grasmann, Claudinei Ribas e Cícero Martins, em visita à Favela Santa Marta, numa das atividades do curso do NPC

ampliar a participação da sociedade civil e garantir o acesso à informações e notícias de qualidade, é o que defende o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Perpassa pela democratização a regulação de conteúdo e demais políticas de comunicação que já estão em prática, e que não é censura, como afirma a jornalista Bia Barbosa, coordenadora do FNDC. *"Política de classificação indicativa para proteger os direitos de crianças e adolescentes na televisão é uma política de regulação de conteúdo, que não tem nada a ver com censura, assim como política de fomento à produção regional, limitação de tempo de publicidade da grade de programação das emissoras, que segundo o código das telecomunicações brasileira está prevista em 25% da programação e direito de resposta. Nada disso é censura".*

Entidade criada em 1991, o FNDC atua no planejamento, mobilização, formulação de projetos e promoção da democracia na comunicação. A partir de 2009, após a 1.º Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), o FNDC vem intensificando sua atuação na formulação de uma proposta de marco regulatório para a comunicação no Brasil.

Segundo Bia Barbosa, o projeto é resultado das principais resoluções da Confecom, de 2009, cujas propostas buscam regulamentar os artigos da Constituição. *"Se esses artigos saírem do papel, por si só seria um avanço para a consolidação de um sistema democrático, pois conseguiríamos coibir o monopólio, consolidar um sistema público de comunicação, fomentar a comunicação comunitária, consolidar princípios para o funcionamento da programação das emissoras, além do direito de resposta".*

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, ou PLIP da Mídia Democrática, foi lançado pelo FNDC em agosto de 2014, e precisa de no mínimo 1,3 milhão de assinaturas para ser encaminhado à Câmara dos Deputados. Composto por seis capítulos e 33 artigos, o projeto propõe a regulamentação do capítulo da comunicação da Constituição, além da criação do Conselho Nacional de Comunicação e do Fundo Nacional de Comunicação Pública.

O Conselho, pela proposta do FNDC, atuaria como um órgão independente, mantido pelo Poder Executivo, com papel de atribuir diretrizes para as políticas públicas do setor, de regular os serviços de comunicação eletrônica, nomear defensores dos direitos do público, bem como propor, quadrienalmente, o plano nacional de comunicação social.

De acordo com o PLIP, o conselho é formado por 28 membros, distribuídos entre representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pelos prestadores de serviços de comunicação, por entidades profissionais ou sindicais dos trabalhadores, pela comunidade acadêmica e pelos movimentos sociais representativos de minorias (mulheres, negro, indígenas, população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros e de juventude).

O projeto do Fórum também veta a propriedade de emissoras de rádio e TV por políticos, proíbe o aluguel de espaços da grade de programação e define regras para impedir a formação de monopólio e a propriedade cruzada dos meios de comunicação. De acordo com Bia Barbosa, a proposta reforça a consolidação da democracia nacional, porém, não avançará sem o apoio popular nas assinaturas e a pressão no Congresso.

"A proposta por um novo marco regulatório, por medidas de regulação econômica ou de conteúdo da mídia, continua sendo um ponto estratégico para a consolidação da democracia brasileira. Na nossa leitura é um tema que precisa caminhar junto com a reforma política, somando esforços da sociedade para que seja possível tornar isso realidade. Sem esse apoio será impossível, sobretudo com a formação de um dos congressos mais conservadores da história do País".

Para o jornalista e sociólogo Venício Lima, cumprir o que está na Constituição seria um dos principais avanços na luta pela democratização da comunicação

COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES E DISPUTA PELA HEGEMONIA

Transpassar o corporativismo e debater temas de relevância pública nacional, disputando com os meios comerciais de comunicação de massa, o interesse da sociedade na luta pela hegemonia. Essa foi a principal discussão no 20.ª Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação, que reuniu mais de 300 jornalistas e dirigentes de entidades sindicais e da sociedade civil, no mês de novembro de 2014, no Rio de Janeiro.

Responsável pela impressão de mais de 10 milhões de jornais mensais, a imprensa sindical é um instrumento fundamental na defesa do posicionamento dos trabalhadores como visão de sociedade que contemple a justiça social e a garantia dos direitos das minorias. No entanto, apesar do magnitude das suas publicações, a imprensa não atua de forma conjunta, desenvolvendo, em sua maioria, a defesa apenas corporativista da categoria representada por cada sindicato.

De acordo com o fundador do NPC, o comunicador e ex-sindicalista Vito Gianotti, os trabalhadores e as entidades sindicais têm que atuar de forma conjunta, pautando temas nacionais em seus meios, e sobretudo criar um veículo próprio que faça contraponto aos meios massivos comerciais de comunicação.

"Queixamo-nos que os meios de comunicação de massa representam apenas a defesa de um lado, o de uma elite dominante. Que ela prejudica os trabalhadores e as instituições que os representam. Isso não é novidade. O que é novidade é a necessidade de nos organizarmos para começarmos a contrapor eles com as posições dos trabalhadores. A comunicação que temos agora é extremamente frágil. Quantos jornais de publicação diária existem para os trabalhadores e para a esquerda no Brasil? Nenhum. Se eu quiser saber sobre uma informação, tenho que comprar um dos jornais do sistema, da mídia empresarial e comercial. Portanto, chega de ficar se queixando. Temos que criar um jornal ou revista das entidades sindicais, defendendo nossa visão de sociedade e de mundo, pautada pelo trabalhador, e que circule nos mesmos espaços dos meios hoje hegemônicos"

O Senge-PR esteve presente na 20.ª medição do curso do NPC, representado pelo diretor-secretário, Leandro José Grassmann, pelo diretor e coordenador do Senge Jovem, Cícero Martins Júnior, e pelo diretor Claudinei Pedroso Ribas.

Segundo Grassmann, o evento foi importante não apenas por mostrar a importância estratégica que a comunicação desempenha nas relações e no desempenho das entidades sindicais, mas também por demonstrar o quão fundamental é o papel a ser desempenhado pelo sindicato para seus representados e para a sociedade, propondo em seus veículos debater questões de interesse público sob um viés contestador, que não apenas reforce o ponto de vista defendido pelos meios de comunicação hegemônicos.

"Historicamente o Senge-PR atua na defesa de políticas públicas, na fiscalização dos bens públicos, em favor da justiça, da ética na política e na promoção de debates de interesse não apenas dos profissionais de engenharia, mas da sociedade. E isso se reflete em nossos meios de comunicação. Portanto, foi bom perceber no curso que, ao propormos um espaço de discussão de temas que estão para além da base de representação profissional, estamos alinhados à atuação na defesa, por meio da comunicação, de uma sociedade mais justa, levando informação de qualidade, com viés diferenciado dos meios comerciais à população".

Conheça o projeto de Marco Regulatório da Comunicação, organizado pelo FNDC, e os pontos de coleta de assinatura distribuídos em vários estados brasileiros:

COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES PARA A DISPUTA DE HEGEMONIA: UMA LIÇÃO HISTÓRICA

Por Vito Giannotti

Foto: NPC

Vito Giannotti é coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação e autor de mais de 20 livros nas áreas de comunicação e sindicalismo.

O meu novo livro, COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES E HEGEMONIA, no seu título deixa claríssimo seu objetivos: tratar da comunicação da classe trabalhadora e de sua luta pela hegemonia. Logo de cara diz que sua finalidade não é falar da comunicação no geral, mas centralizar sua atenção nos trabalhadores. E logo diz sua visão da função desta comunicação, hoje, em pleno século XXI: conquistar centenas, milhares, milhões para suas propostas, sua visão de mundo. Ou seja, convencer da necessidade de mudar, virar de cabeça para baixo este mundo. Colaborar na construção de um outro mundo, livre, solidário, a caminho do socialismo. E tudo o que se fala no livro é centrado na função da comunicação. O livro olha o hoje e se referencia no ontem. Pensamos na nossa história enquanto classe trabalhadora, e no futuro que temos que construir.

Na história das sucessivas formas de comunicação ao longo dos séculos, veremos que estas sempre foram o instrumento de comunicar o olhar de alguém sobre determinado fato. Um olhar de um indivíduo ou grupo social para mostrar e muitas vezes para convencer pessoas ou grupos de determinada visão. À medida que as formas de comunicação avançavam, fica cada vez mais nítido o objetivo de levar outros a pensar de uma determinada maneira. Para isto serviam, desde as pedras das cavernas, até inscrições em monumentos, imagens esculpidas até, mais recentemente, livros. Imagens, monumentos e inscrições das mais variadas formas e técnicas próprias de cada época sempre serviram para esta finalidade.

Quando, na Europa, surgiram e se multiplicaram as primeiras folhas impressas, com o famoso monge Gutemberg, séculos atrás, não se imaginava que estas fossem os antecedentes dos jornais. No século XVII começaram os primeiríssimos jornais que se firmaram como publicações regulares com o advento do sistema capitalista. Muitos pensavam que o jornal seria puramente um instrumento para informar. Nada mais. Mas, ao contrário, o jornal lido em círculos de interessados foi o grande instrumento de divulgação das ideias do liberalismo, base do capitalis-

mo inglês, e dos ideais da Revolução Francesa de 1789.

Jornais para quê? Para informar? Claro, informar sobre navios que chegavam e partiam dos portos da Europa para o mundo. Informar as descobertas, os novos produtos e também noticiar fatos que se chamavam de amenidades. Mas isso era só o que aparecia. O objetivo de um burguês, dono de uma ou mais fábricas, ao fundar um jornal era bem outro do que informar. Era formar. Formar as cabeças, moldá-las. Como se diria hoje, ganhar "corações e mentes" do povo, da massa, dos exércitos. Enfim, da base da sociedade que os donos dos jornais queriam que aceitasse como natural, boa, justa e, sobretudo, imutável. O Século XIX, século do capitalismo industrial, precisava se legitimar. Precisava do "consenso", como Gramsci teorizará no século XX.

Foi assim que, no século do capital, o jornal passou a ter um papel fundamental na difusão das ideias burguesas, isto é, dos valores. Legitimação da escravidão, naturalização das guerras coloniais para a Europa viver em paz. E difusão em alguns países das ideias republicanas da tal Revolução Francesa. Essa era a modernização apregoada. Isso era levar a "civilização" europeia para o resto do mundo "não civilizado". Foi graças a ele, ao jornal, e à força dos exércitos que sempre iam junto com os jornais, que essas ideias e valores se tornaram dominantes. Ideias dominantes para garantir exércitos dominantes.

Tanto é verdade que, logo, os movimentos dos trabalhadores, os sindicatos e os partidos políticos que simpatizavam com os trabalhadores se preocuparam em fazer seus jornais. Para divulgar, difundir as ideias de sua classe e seu projeto de sociedade e de mundo.

Na Inglaterra, país do capitalismo, se organizaram as "uniões", como os sindicatos eram chamados. Nasceu um sindicato, nasceu logo em seguida o jornal sindical. Na industrializada Alemanha, na passagem do século XIX para o século XX, em cada cidade com mais de cem mil habitantes existia um jornal local do Partido Social Democrata Alemão (SPD), o maior partido socialista do mundo.

Ao ouvir o nome do comunista italiano Antônio Gramsci, os que o conhecem, logo o associam com o jornal que ele fundou e dirigia, L´Ordine Nuovo, e depois com L´Unitá, órgão do partido que ele ajudou a fundar no distante 1921. Ainda hoje, em 2014, o jornal L´Unitá, órgão do partido que sucedeu à auto-extinção do antigo Partido Comunista Italiano, o chamado Partido Democrático, se referencia em Gramsci. Ostenta no seu logotipo os dizeres: "L´Unitá – Um jornal fundado por Gramsci". Este era o peso de um jornal de esquerda, no caso, comunista, no começo do século XX.

Passando da Europa para o Brasil, veremos que, já em 1919, mesmo com uma classe operária pequena, existiram dois jornais diários: A Plebe, em São Paulo, e A Hora Social, em Recife. E por que essa classe, tão pequena, resolve fazer jornal? Para disputar sua visão de mundo com a burguesia que difundia a sua por vários meios. Por que jornais? Porque jornal era o que existia, na época, para disputar a hegemonia, como ensinavam e praticavam Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci e tantos outros revolucionários da Indochina de Ho Chi Min ao Peru de Mariátegui.

Mas o jornal, hoje, é apenas um dos muitíssimos meios de comunicação que os trabalhadores podem usar. Ao longo do livro fala-se muito de rádio, televisão e em três capítulos da rede mundial, a internet, em suas inúmeras aplicações que os trabalhadores podem e devem usar. Cada meio da comunicação, para os trabalhadores, os de ontem, de hoje e de amanhã, deve ser uma arma para vencer a guerra da hegemonia. E, isso, sem ilusões com os nossos inimigos de classe. Essa é a mensagem central do livro.

ALDEIA GLOBAL

Por Alexsandro T. Ribeiro

Foto: Alexsandro T. Ribeiro

Criada para divulgar a cultura indígena e integrar as mais de 300 etnias existentes hoje no País, a Rádio Yandê, primeira rádio web indígena do Brasil, com pouco mais de um ano de existência, vem se consolidando com um espaço de direito à voz e ao protagonismo do povo indígena na propagação da própria história.

Ter direito a voz para divulgar sua cultura e poder contar a própria história e versão dos fatos. É com essa motivação que a Rádio Yandê, a primeira rádio web indígena do Brasil, começou suas atividades em novembro de 2013. Do Tupi, "nós", a Rádio Yandê é um espaço virtual que agrega informações e cultura de várias etnias. "A rádio de todos", como afirma em seu slogan.

Com pouco mais de um ano, a rádio já concorreu a vários prêmios, e atualmente é finalista do Prêmio Brasil Criativo, organizado pelo Ministério da Cultura, voltado para os projetos que usam a criatividade como solução para o desenvolvimento da Economia Criativa no Brasil.

Segundo o seu idealizador, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-Hã-Hãe, a Rádio Yandê é mais um dos instrumentos do povo indígena na ocupação de

espaços e na busca pelo protagonismo na sociedade. *"A comunicação tem um poder muito forte, e a história indígena sempre foi contada sob a ótica de quem conquistou. Mesmo na academia, muitos intelectuais continuam reproduzindo a versão do Velho Mundo, de Coimbra. Nós compreendemos que nossa história deveria ser contada por nós mesmos, com o nosso olhar".*

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), haviam no Brasil naquele ano cerca de 900 mil indígenas em todo o território nacional. Destes, aproximadamente 65% vivem em terras indígenas, e 35% em cidades. Existem atualmente 274 línguas faladas e 305 etnias, sendo a maior delas a Tikúna, no território do Amazonas, com 6,8% da população indígena, seguida da população de guarani-kaiowá.

Para Anápuáka, a apropriação dos meios de comunicação pelos indígenas, como jornais, rádios, sites e redes sociais, não apenas busca garantir outras visões e interpretações do passado, mas também contrapor a cobertura contemporânea midiática realizada pelos grupos hegemônicos de comunicação.

Um dos exemplos recentes dessa atuação, de acordo com o indígena, foram as reportagens veiculadas em fevereiro de 2014 pela rede Bandeirantes da Bahia, acusando os indígenas da aldeia Tupinambá do distrito de Olivença, no município de Ilhéus, de invadirem, ameaçarem e expulsarem moradores da região, além de práticas de roubo e extorsão.

"Nós publicávamos nossas versões antes mesmo dos jornalistas retornarem para as redações dos jornais. Tudo o que eles tinham montado, nós já havíamos desmentido em nossos meios, nas redes sociais, nas rádios web. Fomos mais rápidos em produzir as notícias do que eles em gerar mentiras. Isso é ter controle da informação, do conteúdo. Ocupar esses espaços é um dos pontos críticos para a gente virar a mesa em relação às nossas versões e histórias", afirma Anápuáká.

De etnia Tupinambá Pataxó Hã Hã Hãe, Anápuáka saiu da Aldeia Água Vermelha, no sul da Bahia, aos 13 anos. Graduado em Gestão em Marketing e Jornalismo de Políticas Públicas Sociais, iniciou sua carreira profissional trabalhando em rádios, jornais e revistas, produzindo matérias e atuando com artes gráficas. Hoje, entusiasta das novas tecnologias e da etnomídia indígena (mídia construída por uma etnia), Anápuáka, dedica-se à Rádio Yandê e a divulgação cultural e defesa das questões indígenas.

Com sede no Rio de Janeiro, a Rádio Yandê é conduzida por Anápuáka, pela jornalista e especialista em etnomídia na América Latina, Renata Tupinambá e o publicitário Denilson Baniwa. Apesar da equipe enxuta, segundo Anápuáka, há mais membros ativos no projeto em todo o Brasil, ajudando na alimentação da programação da rádio e do portal de notícias.

A rádio de todos

A rádio atua nos eixos informação, cultura e entreteni-

Etnomídia indígena

Segundo Anápuáka, etnomídia indígena é uma mídia apropriada por um grupo étnico, pela qual se busca preservar uma cultura, diferenciando-se das apropriações comerciais das mídias, buscando reafirmar a identidade e cultura de um povo. *"Chamamos de etnomídia indígena essa mídia construída por uma etnia, por um povo, produzida pelo olhar dos próprios índios, com sua visão. Os parâmetros são simplesmente culturais. Cada etnia tem a habilidade de trabalhar sua própria cultura, e isso se soma ao formato de mídia".*

Além da Rádio Yandê há outras iniciativas de comunicação voltadas à divulgação da cultura indígena, como o jornal online Causa Indígena e rádios comunitárias, como a Kiriri, que transmite em ondas baixa potência direto da Aldeia Mirandela na Bahia.
E também o site Programa de Índio, criado em 2009 para disponibilizar o acervo de quase 200 programas de rádio realizados entre 1985 e 1991 pelo Núcleo de Cultura Indígena, apresentados por Ailton Krenak e outras lideranças indígenas, veiculados por emissoras educativas em vários estados do Brasil à época.

mento, sendo o espaço maior da programação dedicado à divulgação das músicas indígenas, que chegam à rádio constantemente, de várias aldeias do País. No início do projeto, de acordo com Anápuáka, houve o esforço de ir às aldeias para apresentar o projeto, coletar apoio e formar uma rede de contatos. Hoje, a divulgação se dá no boca a boca, nas pesquisas pela internet e nas indicações pelas redes sociais.

"Um acaba falando para o outro e é aí que a rádio vem ampliando sua audiência e participação. Tem etnia que a gente ainda não conversou, e de repente ele entra online nas redes sociais e pergunta como faz para participar, para mandar alguma música. Explicamos que há um procedimento, um processo de autorização com assinatura e créditos, para assegurar os direitos autorais das etnias. Também primamos pela qualidade, pedimos que seja gravado em um formato adequado, e quando recebemos, fazemos um tratamento e retiramos os ruídos. Queremos mostrar o melhor da nossa cultura. Após isso, a música entra na grade de programação, e as vezes entra no mesmo dia", explica o jornalista.

O recebimento de músicas e informações das aldeias e as manifestações por e-mail e nas redes sociais de agradecimento e de parabenização pela iniciativa, segundo Anápuáka, reforça o slogan da Yandê, "A rádio de todos", de uma proposta de integração das etnias e apropriação do espaço de comunicação pelos povos, numa espécie de Aldeia Global, como idealizada pelo filósofo canadense Marshall McLuhan, ao analisar a capacidade das novas tecnologias em aproximar as pessoas, reduzindo as distâncias, interligando comunidades e promovendo um espaço e situações de comunicação com em uma aldeia.

"A apropriação da rádio pelo indígena se dá a partir do momento em que ele disser, 'é minha rádio, é rádio de todos nós'. Yandê quer dizer "Nós". Nós somos mais fortes juntos. Eles compreendem que o nome da rádio traduz o sentimento que eles têm, e acabam passando isso pra frente, e resulta que encontramos indígenas que dizem que ouvem a rádio, e nós nem fizemos propaganda para eles diretamente".

A proposta agora, segundo Anápuáka, é ampliar a atuação da rádio e do portal cada vez mais, buscando mais programas realizados pelas etnias, e estreitando os laços entre as aldeias, consolidando uma rede de comunicação e comercializando as músicas e informações para os meios massivos de comunicação, com parte do recurso destinado às aldeias.

"Por ora, precisamos de mais recursos e patrocínios para fechar uma programação com a participação das aldeias, e para termos um acervo de conteúdo cultural e de informação que possamos até vender para as agências de comunicação, divulgando em outros espaços nossas visões, a versão das nossas fontes. Nessa comercialização, a proposta é passar 60% dos recursos para a aldeia para um fundo de educação e cultura. Ela só poderá usar esse recurso para isso. Com as músicas, a ideia é a mesma, repassar os royalties para as aldeias".

• *Do Tupi, "nós", a Rádio Yandê é um espaço virtual que agrega informações e cultura de várias etnias. " A rádio de todos", como afirma em seu slogan.*

Ter direito à voz para poder contar a própria história, a sua versão dos fatos, é o que defende Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-Hã-Hãe, fundador da rádio web Yandê.

Conheça e ouça a rádio Yandê

No portal:
www.radioyande.com
No Twitter:
https://twitter.com/radioyande
No Facebook:
https://pt-br.facebook.com/radioyande

LIDERANÇAS EM FORMAÇÃO

Cícero Martins Junior

Foto : Joka Madruga

Cícero Martins Junior é graduado em engenharia civil pela UEPG. Foi coordenador geral do DCE na Universidade Estadual de Ponta Grossa, presidente da UJS na cidade e secretário de organização do PCdoB em Curitiba. É trabalhador da Copel, especializando em gestão e liderança pela Estação Business School e coordenador do Senge Jovem Paraná.

Compreendendo que o futuro das lutas do sindicato está nos engenheiros e engenheiras em formação, é nos bancos das escolas de hoje que estão tanto os futuros representados e filiados do sindicato, quanto as potenciais lideranças da luta em favor dos trabalhadores de engenharia e do avanço civilizatório que vislumbramos.

Ir à Universidade e apresentar o Senge, a história, as conquistas, os objetivos, a forma de organização, nossa visão sobre o mercado de trabalho e a sociedade é importante. Ir à Universidade e, além de apresentar-se, propor-se como um espaço e instrumento de formação, organização e atuação dos futuros profissionais, desde já, como sócios-aspirantes, é crucial.

Um fator importante do Senge Jovem é a percepção de que a vida acadêmica é uma etapa em que os jovens encontram-se mais abertos a vislumbrar e ponderar diferentes visões de mundo, na formação de sua própria consciência. Muito embora a Universidade e especialmente os cursos de tecnológicas não sejam um "campo aberto" para o pensamento progressista, a juventude é, por si, uma fase de questionamento e de aprendizado. Neste sentido a graduação é o momento mais propício para contribuirmos com este processo de formação, que é técnica, mas também é ideológica e política.

Sem qualquer tipo de maniqueísmo, mas com clareza quanto à dinâmica existente em nossa sociedade, historicamente a engenharia brasileira é colocada à margem do processo de desenvolvimento nacional, relevante apenas como linha auxiliar da classe hegemônica, na reprodução e acumulação de capital por esta classe.

Em outras palavras, no caráter de país periférico do capitalismo global, a produção científica e tecnológica no Brasil ficou rebaixada à importação de conhecimento produzido nos países centrais, da Europa ou Estados Unidos. Aos engenheiros brasileiros, relegou-se apenas a reprodução das tecnologias importadas, e uma espécie de mediação dos interesses do capital na exploração do trabalho, tal qual a engrenagem que simboliza a profissão. No desempenho deste papel, desde o século XIX e durante boa par-

te do século XX, os trabalhadores de engenharia gozaram de um status diferenciado, e remuneração significativamente superior à média da maioria das categorias profissionais.

Todavia, "tudo que é sólido desmancha no ar", e a fase atual do sistema, neoliberal, já não nos reserva mais este status de outrora. Ainda desempenhamos a tarefa de aplicar tecnologias importadas e garantir a produtividade em relações de produção desregulamentadas e precarizadas tanto quanto possível. Só que também a engenharia é, hoje, vítima de relações cada vez mais precarizadas da exploração do trabalho.

Na queda na remuneração média dos engenheiros, na generalização de tentativas de driblagem da legislação que nos garante o piso profissional, na desvalorização da engenharia brasileira em um discurso onipresente na mídia de que há "falta de engenheiros", favorecendo uma pretensa necessidade de importação de profissionais, e o estímulo a uma profusão de cursos para atendimento exclusivo de nichos de mercado.
Todas estas são marcas de um processo de precarização do trabalho de engenheiros e engenheiras. E todas estas são evidências de que é preciso estar presente junto aos futuros profissionais para, com eles, construir o sindicato que fará frente a estes desafios.

Nessa tarefa, o Senge Jovem tem importância estratégica. Com os mais de seiscentos estudantes associados até agora, e as dezenas de estudantes e diretores do sindicato que abraçaram a construção e organização das comissões executivas do Senge Jovem, buscamos ser mais do que "profissionais bem colocados", mas engenheiros cidadãos, críticos e protagonistas na transformação do país que ousamos transformar em Nação.

Ir à Universidade e, além de apresentar-se, propor-se como um espaço e instrumento de formação, organização e atuação dos futuros profissionais, desde já, como sócios-aspirantes, é crucial.

Cícero Martins Junior é graduado em engenharia civil pela UEPG. Foi coordenador geral do DCE na Universidade Estadual de Ponta Grossa, presidente da UJS na cidade e secretário de organização do PcdoB em Curitiba.
É trabalhador da Copel, especializando em gestão e liderança pela Estação Business School e coordenador do Senge Jovem Paraná.

ROGAI POR NÓS, SANTA MARTA!

A subida a Favela Santa Marta, uma das mais íngremes do Rio de Janeiro, e as dificuldades de quem luta pelo seu espaço

Por Por Alexsandro T. Ribeiro

Fotos: Alexsandro T. Ribeiro

Os focos de luzes no morro Dona Marta anunciavam a chegada da noite em Botafogo, bairro nobre de classe média alta da zona sul do Rio de Janeiro. No pé do morro, na praça Corumbá, um grupo de cerca de 20 pessoas, de vários estados brasileiros, aguardavam as orientações da guia turística para a subida à favela Santa Marta. *"O morro é Dona, mas a favela é Santa"*, alertavam alguns moradores da comunidade sobre a diferença dos nomes.

"Olha só, vamos todo mundo pegar a entrada do morro e nos reunimos na estação do bonde. Lá eu falo um pouco sobre o que vocês vão conhecer na favela". Em alto e bom som Roberta Ferreira de Souza, 26 anos, guia turística, dava as coordenadas para o grupo. O trajeto partiu da praça, passando pela rua Barão de Macaúbas e continuando pela Marechal Francisco de Moura até a estação do bonde, oficialmente conhecido como **Plano Inclinado (box)**, meio de transporte sobre trilhos que leva os moradores morro acima.

Depois da estação não há mais ruas. Na favela não circulam carros ou motos. Há apenas becos, corredores e escadarias. Degraus que nunca acabam. Alguns becos têm nomes e placas de indicação nas "esquinas" da favela. Nomes que não estão nos mapas turísticos, nem mesmo no quase onipresente Google Maps, que interrompe suas indicações na rua de acesso ao Plano Inclinado.

Pelos poucos mais de 400 metros entre a praça e a estação, o comércio é vivo e colorido no pé do morro. Lojas de importados, bares, mercearias e ambulantes atendem os moradores da favela e dos condomínios ao redor. A circulação de consumidores e de pessoas que querem apenas voltar para suas casas na favela é intensa no início da noite, e os sons do comércio, das conversas e dos cumprimentos se confundem com os sons de pagode, rap e funk, que se entrelaçavam vindo de vários locais.

Reunidos na estação, atentos, os integrantes do grupo ouvem as novas instruções da guia. *"Esse é o Plano Inclinado, o meio de transporte dos moradores para subir o morro. Ele vai até o final da favela, mas nós iremos até a estação três, e depois subiremos a pé. Aqui daremos prioridade para as os moradores que pre-*

Plano Inclinado

Inaugurado na favela Santa Marta em maio de 2008, o Plano Inclinado, também conhecido como Bonde, é um meio de transporte sobre trilhos com cerca de 340 metros de extensão, segundo a Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro (Emop). Com dois compartimentos, um para carga e outro para passageiros, o Plano Inclinado tem capacidade para 20 pessoas. O custo total da obra foi de R$ 22 milhões. O Plano Inclinado acompanha a favela do pé do morro até o fim das habitações, instalado à direita da comunidade.

Os carros são puxados por contrapesos e divididos em dois trajetos. O primeiro vai da estação 1, que é o ponto de partida no pé do morro, até a estação 3. Para continuar a subida, os moradores fazem baldeação na estação 3 em outro carro, e vão até a parada final, na estação 5, no topo do morro, pouco abaixo da instalação da UPP.

De acordo com Roberta, o bonde ajuda muito os moradores da favela, que antes subiam o morro apenas a pé, enfrentando mais de 800 degraus. Porém, por falta de investimentos e revisão técnica, o Plano Inclinado está "sucateado", e às vezes fica semanas sem funcionar. *"As pessoas saem de casa pensando que tem o bonde, fazem compras, e quando voltam, não tem bonde. Temos um meio de transporte com uma durabilidade muito pequena, mas é o que temos. Mesmo com os problemas, ele ajuda muito. Antigamente as pessoas construíam casa carregando tijolo pelas escadas. Hoje dá para carregar por aqui. Claro que quem mora do outro lado da favela não ajuda muito, pois tem um grande percurso para chegar na sua casa".*

cisam usar o bonde". Com uma camiseta amarelo ouro com os dizeres **Brazilidade (box)**, uma calça jeans simples e tênis branco, a jovem Roberta, comanda o grupo morro acima, à vontade, como quem recebe bons amigos em casa.

Turismóloga formada em uma universidade particular carioca, por meio de bolsa de estudos voltada aos moradores das favelas, Roberta, nascida e criada na Santa Marta, poderia levar turistas aos inúmeros pontos badalados da capital, como o Pão-de-Açúcar e o Cristo Redentor. No entanto, junto com sua tia, Sheila Souza, optou por um nicho não convencional, o de turismo nas favelas, por meio do projeto Brazilidade, empresa criada por Sheila e especializada em visitas ao Santa Marta.

"Pra mim o gratificante é poder desconstruir a ideia que as pessoas têm do morro. Nós valorizamos nossa identidade, nossa memória, contamos a história real da favela. Aqui propomos um trabalho local, com parcerias com o comércio daqui do morro. Tentamos ajudar todo mundo com esse tipo de turismo, em que todos lucram. Têm muitos guias que são de fora da favela, e quando vem aqui não fazem o trabalho de mostrar como é a comunidade, não contam os problemas da população e nem os ajudam, dizendo para os turistas não consumirem nada dos comércios daqui do morro. Deixam tirar fotos de tudo, não respeitam os moradores, invadindo a nossa privacidade. Eu me preocupo muito com isso".

Vencido o Plano Inclinado, na estação três, o caminho seguia à pé, nos becos estreitos

Instalado em 2008, o Plano Inclinado auxilia os moradores na subida ao morro e no transporte de carga. Falta de manutenção e constantes paradas para reparos, no entanto, prejudica os moradores.

As construções irregulares se somam, as casas se fundem, umas sobre as outras, acompanhando a inclinação do morro Dona Marta.

que forçam passagem por entre as casas. Mais de 90% das residências são de alvenaria. Sem acabamento, os tijolos à mostra, alocados de forma irregular, e os encontros e desencontros das paredes, apontam a falta de planejamento das construções. As casas se fundem, umas sobre as outras, acompanhando a inclinação do morro Dona Marta. Na racionalização do espaço, as paredes são comunitárias, aproveitadas por várias casas, as lajes transformam-se em pisos para as residências vizinhas. As construções se unem, e a favela vai se formando na superfície íngreme do morro como uma grande casa, com mais de 6 mil moradores. A integração da comunidade se dá também pela sua ocupação.

"As pessoas são bem integradas, unidas. Isso é histórico. Num dia, almoço na casa do meu vizinho, no outro, se estou com sede, bato na porta de uma família. Sou da época que o natal não é só na minha casa, mas na cada de todo mundo. Tu vai na casa de todos e as pessoas vão na sua casa. Essa união tem se estendido entre as favelas também, principalmente depois das pacificações. Há uma preocupação dos moradores das favelas em se comunicarem. Foi descoberto, por exemplo, que um policial que não tem uma conduta bacana aqui, quando reclamamos dele, ao invés de passar por um curso de reciclagem, ele é apenas removido para outra favela. A punição dele é mudar de favela. A ideia é o pessoal se comunicar, pois tem muita gente morrendo. Na Copa do Mundo morreu muito garoto, muito negro, muito morador de favela, e as pessoas nem ficam sabendo. Nem sempre sai na mídia como o **Amarildo (box)***".*

Cade o Amarildo?

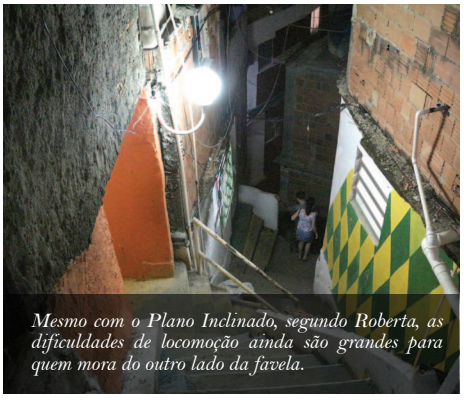
Em julho de 2014, Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, desapareceu durante uma operação policial na favela da Rocinha, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa para a sede da Unidade de Policia Pacificadora (UPP) do bairro. "Cadê o Amarildo?", estampou inúmeros cartazes, camisetas, faixas, perfis nas redes sociais, repercutindo o desaparecimento, denunciando e cobrando das autoridades justiça contra os demandas policiais nas operações nas favelas do Rio de Janeiro. Em outubro de 2013, 25 policiais militares da UPP da Rocinha foram presos. A comoção popular e a mobilização nacional no caso Amarildo não se repetiu, no entanto, para os mais de 6 mil outros desaparecidos em todo o estado fluminense, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro.

Brazilidade

Fundada em 2010, a Brazilidade é uma empresa especializada no turismo à favela Santa Marta. Sua idealizadora é Sheila Souza, 40 anos. Formada em Turismo, com MBA em Turismo e Negócios e com experiência em intercâmbio cultural e guiamentos no Rio de Janeiro, Sheila, que nasceu e cresceu na Santa Marta, começou sua atuação como guia em 1992, com intercâmbios e vivências de turismo no morro com grupos nacionais e internacionais.

A Brazilidade, que é formada por Sheila e sua sobrinha, Roberta, atua sob orientação do Turismo de Base Comunitária", cuja preocupação é mostrar a realidade da comunidade, levar os turistas ao morro, desenvolvendo também o comércio local.

"A ideia da Brazilidade é retirar o estereótipo da favela. Trazer as pessoas para conhecer nossa realidade, viver o que as pessoas daqui vivem. Fazer com que elas conheçam os pontos bons e ruins, mostrar que hoje não tem só o colorido da favela, mas nossos problemas sociais também. Isso tudo incentivando a rede de trabalho local. Aqui tentamos ajudar todo mundo, com um turismo que todos lucram. Dá um pouco mais de trabalho, mas que dá vontade de fazer", afirma Roberta.



Mesmo com o Plano Inclinado, segundo Roberta, as dificuldades de locomoção ainda são grandes para quem mora do outro lado da favela.

Mais de 6 mil pessoas moram na Favela Santa Marta, na zona sul do Rio de Janeiro, em Botafogo, bairro nobre de classe média.

"Pra mim o gratificante é poder desconstruir a ideia que as pessoas têm do morro", afirma Roberta Ferreira de Souza, moradora e guia turística da Favela Santa Marta.

No topo do favela, passados os inúmeros degraus e as passarelas cimentadas, todas construídas com o recurso e trabalho da comunidade, apesar da escuridão da noite, abre-se, para os turistas a vista para a praia de Botafogo e para o Cristo, à direita do morro Dona Marta. Já para os moradores, a distância das suas casas ao pé do morro é diretamente proporcional às dificuldades. "Construir uma casa aqui em cima é muito caro. Você acaba pagando o dobro dela, só por conta do transporte. Além disso, nos últimos anos, tem muita procura por casas aqui", afirma Roberta.

No alto da favela, o termo "gentrificação" na faixa colada em uma das casas aponta a preocupação de Roberta e de outros moradores com a valorização imobiliária e o deslocamento das pessoas com menor poder econômico para fora de suas casas. Segundo a turismóloga, os preços dos imóveis na favela variam de R$ 100 a R$ 150 mil para as casas próximas ao topo, a R$ 1 milhão, para as que estão no pé da favela.

"Antes conseguia morar aqui no morro locando uma casa por uns R$ 450. Hoje não acha por menos de R$ 800. Pra quem ganha salário mínimo, como a maioria dos moradores, é muito difícil. Além disso, tem muita gente com grana, como artistas, procurando para morar aqui, pois é uma área central. Tem até uma área na favela que estão buscando despejar os moradores. Tá mudando muito a população da favela, e estamos preocupados porque não sabemos até quando será isso. Estamos lutando para não ser removidos. Não queremos sair do morro. Lutamos para viver aqui, para conquistar nossas casas. O que a gente quer é mais atenção do governo, para questões como saneamento e transporte ".

Como diz o dito, "pra descer todo santo ajuda", mas nas escadarias, um pouco de precaução reduzindo o embalo é necessário. No pequeno porém aconchegante Bar do Zequinha – para completar o conceito de Turismo de Base Comunitária - , perto da segunda estação do Plano Inclinado, encerra-se a visita à Santa Marta. Fica o cansaço da subida num copo vazio de refrigerante, e parte, junto com cada turista, a experiência de mais uma realidade conhecida.

No pé do morro, de volta à rua Barão de Macaúbas, perto da Praça Corumbá, um último olhar ao morro.

Atrás de Roberta, que se despede com um sempre presente sorriso, e com a promessa de portas abertas,

as luzes acessas nas casas não indicam apenas a noite que havia se instalado em Botafogo, mas sim a vida na Favela Santa Marta, dos seus mais de 6 mil moradores, mesmo com os problemas de acesso, saneamento, e vários outros, fincam os pés no morro, e lutam por justiça social, por reconhecimento dos seus direitos, e pela sua identidade, pois o "o morro é Dona, mas a favela é Santa".

Faixa na Favela Dona Marta mostra a preocupação com o processo de "elitização" da comunidade que acaba expulsando os moradores para outros núcleos habitacionais.

SENGE-PR

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA?

O SENGE-PR PAGA ESTA CONTA PRA VOCÊ

Quem faz parte do **SENGE** tem uma série de **VANTAGENS**.
Uma delas é ter a Contribuição Sindical paga pelo sindicato.
O imposto é obrigatório, corresponde a um dia de trabalho e tem que ser pago uma vez por ano. Mas se você é associado e está em dia com Senge, não precisa se preocupar. Se ainda não é, filie-se ao **SENGE** até o dia **20 DE FEVEREIRO** e não tenha o desconto automático de um dia de salário.
Ser sindicalizado custa pouco é legal e **VALE A PENA**.
Por apenas R$ 35,60 por mês você se associa ao Senge e passa a contar com assessoria jurídica e toda uma gama de serviços.
Engenheiro, venha para o Senge. Pelo melhor para você e para sua carreira.
Acesse **WWW.SENGE-PR.ORG.BR** e veja o que mais o Senge tem a oferecer

FILIE-SE:

SENGE-PR | SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO PARANÁ
Rua Marechal Deodoro, 630, 22.° andar.
Centro Comercial Itália (CCI). CEP 80010-912
Curitiba - Paraná